SENADO FEDERAL

SENADOR PAULO PAIM

GRANDES PRONUNCIAMENTOS

BRASÍLIA – 2005

SUMÁRIO

	Pág.
1– O Salário Mínimo	5
2 – A morte do Governador Leonel Brizola	17
3 – A importância da aprovação do PLS nº 58/03	21
4 – Homenagem ao Dia Internacional do Trabalho.	25
5 – Audiência pública – Discussão e busca de caminhos para a eliminação do racismo e preconceito	31
6 – Os pilares para democratizar a economia e as decisões governamentais.	38
7 – A promulgação da PEC nº 77, a PEC Paralela da Previdência ..	43
8 – A saída de Olívio de Oliveira Dutra do Ministério das Cidades.	49
9 – Homenagem ao centenário de nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo.	52
10 – Artigo "Governo e o PT" publicado pela liderança	54
11 – O projeto do salário mínimo para 2006	57
12 – Homenagem aos 170 anos da Revolução Farroupilha	60
13 – O Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência .	63
14 – Homenagem ao Dia Internacional do Idoso.	69
15 – O Papa João Paulo II	74

Salário Mínimo

16-6-2004

Sr. Presidente, com certeza, naturalmente se Deus permitir, amanhã virei à tribuna para advogar um reajuste maior do que R$260,00 para o salário mínimo.

No dia de hoje, Sr. Presidente, farei um pronunciamento sobre a coerência do homem público.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na vida pública muitos são os atalhos à disposição de quem queira percorrê-los, especialmente na direção do poder.

Mas caminho, Sr. Presidente, só existe um.

Tal como na vida de cada um de nós, trata-se de uma questão de escolha. Optar pelos atalhos, ou pelo caminho, é que faz a diferença.

A opção que fiz é a marca de minha vida. Minha origem é bem mais do que simples circunstância primeira de vida. Sendo verdade, Sr. Presidente, como queria Ortega y Gasset, que "eu sou eu e minhas circunstâncias", fiz dessa origem o parâmetro essencial de minha conduta política.

Ao fazê-lo, sei que me aprisionei à única forma de submissão que admito para mim, como cidadão e como homem público – a de manter intacto e inegociável o compromisso de lutar pela superação da miséria, pelo fim das iniqüidades sociais, pela eliminação de todas as formas de discriminação e pela predominância da justiça.

Não concebo a política, Senador Mão Santa, sem atos de grandeza. Seria por demais doloroso reduzi-la a negócios de qualquer espécie ou à busca desenfreada pelo poder. Em ambos os casos, ainda que

providos de alguma legitimidade, a política careceria daquele sentido mais elevado, que a dignifica e a enobrece.

Para os que se vangloriam de seu acentuado pragmatismo, isso poderia soar como se o Paim fosse ingênuo. A esses prefiro, contudo, a companhia da grande pensadora Hanah Arendt. Para ela, que marcou como ninguém sua passagem pelo panorama intelectual do século XX, ao elaborar exuberante reflexão crítica sobre a política contemporânea, "fazer política somente se justifica como um ato de amor à Humanidade".

Justamente por assim ser, toda e qualquer forma de experiência política que não tenha como norte a liberdade é, em si mesma, a negação da própria política. Toda e qualquer forma de pensamento único amesquinha, empobrece ou aniquila o espaço democrático.

O importante é que a força do sentimento democrático venceu. Como não se cansava de dizer a valorosa guerreira socialista espanhola Dolores Ibarra, La Pasionaria, os donos da verdade de todos os matizes tentariam passar. Como passarão, garante poeticamente o gaúcho Mário Quintana, os que teimam em "atravancar" esta caminhada, a da liberdade.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, também não concebo a política sem princípios e valores. Pautei toda minha trajetória de homem público pela obediência aos ideais de que me nutro. Do início aos dias de hoje, não foi outra coisa o que busquei fazer, dia após dia, sem qualquer forma de concessão que pudesse levar a algum desvio.

Tendo como fim a edificação, talvez de um sonho, de um Brasil socialmente justo, economicamente próspero e politicamente democrático, joguei-me por inteiro na consecução desse objetivo. Por isso, em meio a tantos contratempos que caracterizam o campo político e ao extraordinário dinamismo de uma História que não pára de se transformar, é fácil identificar e reconhecer minhas posições e atitudes.

Em essência, sou hoje o que fui ontem. Por maior que seja o peso do tempo, meus cabelos brancos, por mais que tenha amadurecido e por mais sensíveis que tenham sido as mudanças verificadas no Brasil em todos esses anos, logrei preservar o que de mais valioso posso ostentar, aqui da tribuna do Senado, em minha atuação política: a

lealdade aos princípios que elegi e a coerência nas atitudes que assumi.

Quanto a isso, é de justiça proclamar: sempre recebi dos gaúchos o pleno reconhecimento e o total apoio, inclusive traduzido eleitoralmente, à linha de comportamento público que me acompanha por todo esse período.

Em um Estado, Sras e Srs. Senadores, historicamente polarizado, no qual a nitidez ideológica jamais concedeu espaço à mistura gelatinosa das posições políticas amorfas e incolores, consegui granjear o respeito coletivo.

Lealdade ao pensamento e coerência na ação calaram fundo na consciência do povo do Rio Grande. Disso me orgulho. Com isso me satisfaço. Esse patrimônio é a única vaidade que, como político, me permito ter. Foi essa coerência que me assegurou 2,2 milhões de votos num eleitorado de seis milhões de eleitores.

Para me conduzir dessa forma, não foi preciso buscar teorias sofisticadas que pudessem sustentar minha maneira de ser e de proceder na cena pública. Bastou, tão somente, deixar fluir minha personalidade, irromper meus sentimentos e não encobrir minhas circunstâncias e visão de vida. Ficar ao lado dos excluídos sociais, dos discriminados, dos despossuídos de uma forma geral e volver-me integralmente para o mundo do trabalho foi o pacto que fiz com minha própria consciência. Esse pacto não tem como romper.

Assim, encampar a luta pela defesa da dignidade do salário mínimo, por exemplo, que tanto marcou minha passagem pela Câmara dos Deputados por sucessivas legislaturas e que me acompanha aqui no Senado da República, nada mais foi – e é – que mera e natural decorrência de opção política que, desde o início, eu havia feito. Essa opção, sem qualquer tipo de subordinação ao marketing, traduz a razão de ser da minha vida.

Justamente por isso, imaginar ser possível uma guinada radical, neste momento de minha vida, não pode ser outra coisa senão ingenuidade ou arrogância. Ao contrário do poeta que, "por delicadeza", confessou ter perdido sua vida, não posso admitir que, por incoerência, perca minha razão política de viver. É essa lealdade a princípios tão caros – não a volúpia do poder a qualquer custo

– que dá sentido à minha vida de homem público. Assim o fiz. Assim o faço. Assim o farei.

Fala-se muito em coerência e lealdade. São palavras que a língua portuguesa, tão fértil, tão elegante e tão rica, define com clara precisão. Os dicionários apontam para "coerência" o sentido de "ligação ou harmonia entre situações, acontecimentos ou idéias; relação harmônica; conexão, nexo, lógica". "Leal" se traduz como sincero, franco, honesto. Acima de tudo, "leal" significa ser fiel aos compromissos assumidos com o povo.

Reconheço, porém, que cientistas sociais encontram dificuldades, nada desprezíveis, para a conceituação de lealdade política. A dificuldade decorre, fundamentalmente, do fato de que os governos tendem a vincular o exercício da lealdade à submissão – quieta, complacente e sobretudo silenciosa e um pouco covarde – ao seu projeto de poder. Isso não!

Essa característica se configura como tendência, afirmam os estudiosos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Pragmática e violentadora, ela acaba por esmigalhar sonhos, inibir a imaginação criadora, corromper consciências e desfibrar biografias. Antes de tudo, porém, e desgraçadamente, destrói a utopia de um mundo melhor. A essa concepção de lealdade não me entrego, não me submeto, não me subordino.

Prefiro a definição de R. H. Pear, segundo a qual o termo "lealdade" "vem sendo usado desde há muito para expressar uma vinculação ou devoção a um país ou a um conceito político". Nesse sentido, lealdade é também "ponto de convergência intelectual e emocional", além de sugerir "serviço devotado, voluntário e paciente a uma idéia". Nada, pois, que se confunda com prova de confiança que se exige e se requer dos servidores do Estado.

O grande historiador Eric Hobsbawm nos adverte que o sentido maior do ofício do historiador é "lembrar o que os outros esquecem". Esforço-me, Sr. Presidente, por manter viva minha memória pessoal e social. Como diz a letra daquela memorável canção que uma gaúcha notável – a inesquecível Elis Regina – imortalizou na sua voz incomparável "a minha arma é o que a memória guarda".

Minha memória coleciona exemplos de homens e mulheres que se tornaram extraordinários justamente pela fidelidade aos seus ideais

e pela conduta coerente de uma vida inteira. Independentemente de suas posições, muitas vezes inconciliáveis entre si, convergiram na firmeza com que defenderam suas posições.

Lembro – e comentava com V. Exa, Senador Mão Santa – que foi a força das idéias que sustentou o sonho acalentado por Rui Barbosa de presidir o Brasil. Sonho jamais realizado, mercê de sucessivas derrotas eleitorais, em larga medida debitadas à conta de oligarquias perversamente reacionárias. Mas sua estátua e seus ideais estão sempre aqui, no coração da democracia. Rui Barbosa é homenageado diariamente por todos nós, Senadores, Deputados, homens públicos.

Como estaria configurada hoje a sociedade norte-americana, não fora a paciente, metódica e firme ação de Martin Luther King na luta contra o absurdo racismo e a odiosa discriminação nos Estados Unidos da América? Imolado pelas forças do atraso e da intolerância, ele permanece cada vez mais vivo na consciência de homens e mulheres de bem em todo o planeta.

Luther King foi assassinado por aqueles que não admitiam que um negro pensasse de forma diferente e pregasse a igualdade racial.

Que algo mais, além da lealdade a princípios e da ação coerente, fez do sul-africano Nelson Mandela referência universal na luta contra todas as formas de discriminação? Mandela ficou 27 anos no cárcere, mas não abriu mão de seus princípios. Derrotou o apartheid, na África do Sul, e hoje, com 90 anos, é idolatrado pelo mundo.

Para não dizerem que só falei negros, teria sido diferente o exemplo de Ernesto Guevara? Por fidelidade às suas generosas idéias, comprometidas com a radical substituição das secularmente injustas estruturas sociais latino-americanas, Che Guevara abandonou o conforto material a que alguém da classe média argentina normalmente teria acesso – era médico, abriu mão do exercício do poder na Cuba revolucionária e tentou concretizar o sonho de uma América Latina livre do atraso e da miséria. Guevara completaria na última segunda-feira, 14 de junho, 76 anos. Guevara morreu, mas vive dentro de cada um de nós. Assassinado na selva boliviana, está presente em cada canto do planeta e em cada coração humano que não tenha perdido a capacidade de se indignar em face da injustiça e da opressão.

Aqui tivemos o nosso Zumbi dos Palmares, que abandonou a vida tranqüila de um mosteiro em que vivia e saiu pelo País para lutar pelo fim da escravidão e pela liberdade. Queria construir uma sociedade de iguais. Fundou os Quilombos. Também tombou. Foi covardemente assassinado e esquartejado por nunca ter abandonado a sua coerência e os seus princípios. Zumbi morreu, mas as suas idéias continuam vivas.

Longe de mim, Sras e Srs. Senadores, a leviana pretensão de me equiparar aqui a qualquer um desses personagens que a História consagrou! Apenas destaco que me valho deles na medida em que exemplificam, de forma modelar, o valor da coerência na vida política.

Sr. Presidente, modesta, mas de forma muito orgulhosa, posso afiançar que o Senador de hoje é o mesmo menino de ontem, pobre e negro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, falta um minuto para o Piauí poder participar da sua luta.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Não tenho como não permitir um aparte a V. Exa, Senador Mão Santa. Eu estava concluindo meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Presidente, eu pediria a sensibilidade de V. Exa para permitir que eu procedesse ao aparte de pé.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos, PSDB – TO) – Senador Mão Santa, a concessão não é do Presidente. O Regimento Interno impõe-nos a todos regras, as quais devemos cumprir. Só uma alteração regimental pode propiciar o que V. Exa solicita. O modo como o fará não tornará o aparte de V. Exa menos importante ou menos brilhante.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu lembraria Montesquieu, O Espírito das Leis. Senador Paulo Paim, eu e todo o País estávamos ouvindo atentamente o seu pronunciamento, assim como o País todo parava para ouvir, no dia 1º de maio, o pai dos pobres, o pai dos trabalhadores – quis Deus que fosse gaúcho, como V. Exa –, Getúlio Vargas, que anunciava "trabalhadores do Brasil" e um salário digno de vergonha. Hoje, Professor Cristovam Buarque – ensine àqueles

do PT que não sabem fazer contas –, isso significaria R$60,00. V. Exa começou o seu discurso citando Ortega y Gasset: o homem é o homem e sua circunstância. Mas eu queria dizer que V. Exa está enquadrado no pensamento daquele escritor quando diz que "o passado é um soldado, o porvir é o capitão". V. Exa foi o mais brilhante soldado em defesa do salário e será, sem dúvida nenhuma, esse capitão que será vitorioso hoje aqui. V. Exa foi tão feliz, que começou citando o caminho. Foi justamente como Cristo: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida". V. Exa está passando essa mensagem cristã. E eu diria que, em momento mais difícil, vamos buscar De Gaulle, que, quando quis libertar seu país da Segunda Guerra, saiu gritando na França e fora da França, de Lons: "Resistência popular! Resistência popular! Resistência popular!" V. Exa é o nosso De Gaulle desta luta no dia de hoje. É o General Paim dos trabalhadores! E pode gritar nesta Casa: resistência parlamentar! Resistência parlamentar! Resistência parlamentar! Mas eu queria, e me permita Deus, lembrar a origem de V. Exa, que é gaúcho. Lembro Bento Gonçalves – que V. Exa reencarna na coragem, na luta, na liberdade dos negros e na liberdade democrática –, que, em 1935, acordava este País com a coragem dos gaúchos, pela liberdade. E, como V. Exa disse, ninguém melhor do que Che Guevara para nos inspirar. O PT precisa aprender o que diz Che Guevara. Professor Cristovam, eles precisam de V. Exa. Eles são daquele antigo Mobral e não sabem das coisas. Che Guevara disse: "Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça, és companheiro!" V. Exa é o verdadeiro companheiro, hoje, do trabalhador brasileiro, Senador Paulo Paim. No glorioso dia de hoje, 16 de junho, V. Exa se iguala a Getúlio, a Alberto Pasqualine, a João Goulart, e pode terminar como o Apóstolo Paulo, porque ele ia para as guerras e, nos momentos difíceis, olhava para os seus soldados e dizia: "Se Deus está conosco, quem será contra nós?" É o núcleo duro e burro deste País.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, eu dizia que modesta, mas orgulhosamente, posso afiançar que o Senador de hoje é o mesmo menino pobre e negro de ontem. Passaram-se décadas, não mudei. Foram 10 anos como sindicalista, 18 anos aqui no Congresso Nacional – foram 16 anos como Deputado e praticamente dois anos como Senador –, com os mesmos princípios, o mesmo ideal, o mesmo sonho de ajudar a construir uma Pátria livre, democrática e cidadã.

Sr. Presidente, eu gostaria muito que esta Casa votasse e aprovasse o projeto que apresentei que garante um salário mínimo de R$300,00,

estendendo o mesmo percentual de reajuste aos benefícios dos aposentados e pensionistas da previdência social, sonho de 22 milhões de aposentados, representados aqui pelo companheiro João Lima. Sei que será difícil, mas vamos pelear, como diz o gaúcho, até o último momento.

Por isso, neste momento em que, pela primeira vez, não acompanharei a orientação do Partido dos Trabalhadores em questão tão sagrada para mim, como o salário mínimo, fico com a frase do compositor que diz "a orquestra nos chama, vamos ter que recomeçar".

Crendo ou não, não há quem não compreenda determinadas lições, Senador Magno Malta, contidas nos Evangelhos. Deles recolhi a noção do bom combate. Ao mirar minha trajetória política, acredito ter praticado esse ensinamento. É com a alma leve, que jamais se apequenou, que posso repetir como Gonzaguinha, Senadora Heloísa Helena: "começaria tudo outra vez".

Sr. Presidente, por ocasião da reforma da previdência, muitos duvidaram. Eu não duvidei. Eu acreditei, com muita fé, mas com fé mesmo, na PEC paralela. É triste ter de dizer, ter de reconhecer que se passaram seis meses e que ela não foi votada, quando o acordo firmado garantia que a votação seria em janeiro, em fevereiro ou mesmo em março. Mas, no dia 1º de abril de 2004, eu me senti enganado.

Por tudo isso, repito tal qual o cantor: a vida nos faz um eterno aprendiz.

Sr. Presidente, três Senadores me solicitam aparte.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Concede-me V. Exa um aparte?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, fico agora a depender de V. Exa. Ainda estou com a última página para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos, PSDB – TO) – Eu diria, Senador Paulo Paim, que a Casa acompanha com grande atenção e respeito o pronunciamento de V. Exa. A Presidência não vai cercear o desejo dos parlamentares de prestar solidariedade e apoio a V. Exa neste instante, mas pediria apenas que o fizessem dentro de um curto espaço de tempo, para permitir, inclusive, que os outros pudessem aparteá-lo e que déssemos cumprimento ao Regimento, respeitando também os demais oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Ouvirei o Senador Magno Malta, em seguida o Senador Cristovam Buarque e, depois, o Senador Efraim Morais.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Sr. Presidente, o meu aparte não é para ser solidário ao Senador Paulo Paim, que não precisa de solidariedade. O Senador Paulo Paim é um homem grande, uma rocha, um símbolo de luta e de resistência ao salário de fome. Escreveu sua história, sim. Vi o Senador Paim muitas vezes ser aparteado na Câmara dos Deputados pelos seus companheiros de Partido, que faziam coro com esse mesmo discurso, que nunca mudou. Um homem pode ceder na forma, nunca no princípio. Isso é princípio para V. Exa, assim como é para mim. No princípio, um homem não cede; se o faz, mergulha no descrédito e não tem a coragem ou o direito de olhar nos olhos dos seus filhos. V. Exa fez seu discurso num tom diferente, emocionado. Ouvia-o no meu gabinete e vim para cá. Sou um homem extremamente emocional. Sou filho de Dadá, que morreu ganhando meio salário mínimo por mês, e de Seu Ameliano, meu pai, que morreu ganhando um. Imagino que V. Exa estava apenas pedindo o direito de continuar olhando nos olhos dos seus filhos. Eu também só quero o direito de olhar nos olhos das minhas filhas e da minha esposa, que sabem ler, que lêem jornal, vêem televisão, conhecem a minha vida por dentro e por fora e sabem quais são os meus princípios. E, para ter o direito de olhar para elas, não posso romper com os meus princípios. V. Exa veio a esta tribuna e me tirou do meu gabinete quando falou em princípios.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – V. Exa também quer o direito de continuar olhando para seus filhos, para a sua família, para as pessoas que o amam e que lhe deram sempre procuração para representá-los no Congresso Nacional. Quer continuar como homem que pode até fazer concessão na forma, mas nunca no princípio. Vim aqui dar-lhe parabéns. V. Exa não precisa da minha solidariedade, porque é muito maior do que essas questões.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Efraim Morais. Em seguida, concluirei.

O Sr. Cristovam Buarque (PT – DF) – Senador Paulo Paim, discursos como esse é que fazem a grandeza desta Casa. E pessoas como V. Exa é que fazem termos orgulho dos Pares que temos. É pena que essa posição e a grandeza que ela adquire vêm de que nem todos se comportam dessa maneira. Uma parte dos Senadores aqui, há algum tempo, defendia salários maiores; e, agora, não defendem o aumento maior. Outros, que defendiam aumentos pequenos, agora defendem aumentos maiores, apenas porque uns foram para o Governo e outros para a Oposição. Tenho discordado há anos, fraternalmente, em detalhes, sobre o caminho, o rumo para atender realmente às necessidades dos trabalhadores. V. Exa escolheu o lado do poder aquisitivo. Escolhi o lado do poder de acesso do trabalhador aos serviços sociais. Continuo achando que o aumento de salário do professor, do filho do trabalhador, é igual ou melhor do que o aumento do salário mínimo, mas isso não me impede de dizer que tenho o maior orgulho de ser seu colega aqui. Orgulha-me dizer que a única parte que não entendo correta no seu discurso é dizer que está indo contra o Partido dos Trabalhadores. V. Exa está indo contra a bancada de Senadores do Partido dos Trabalhadores, da qual faço parte. No entanto, nós, da bancada, não temos o direito de falar em nome do Partido. Se houvesse uma consulta às bases ou ao Diretório, que representa as bases entre um e outro congresso, aí, sim, V. Exa estaria indo contra o Partido. Hoje, V. Exa está indo contra a bancada de Senadores. Para mim, V. Exa continua no Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Ouço o Senador Efraim Morais, meu colega, à época, como Deputado Federal, ao lado do Senador Magno Malta e tantos outros.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Nobre Senador Paulo Paim, inicialmente, a minha solidariedade a V. Exa. Estamos e continuamos do mesmo lado, em defesa dos trabalhadores brasileiros. Acompanhei toda a luta de V. Exa aqui e na Câmara e me sinto orgulhoso. Ontem, V. Exa, na Oposição, e eu, no Governo, defendíamos a mesma causa. Hoje, V. Exa, no Partido do Governo, e eu, na Oposição, continuamos a defender a mesma causa. Força, Senador Paulo Paim! Força, que nós venceremos! Pode ter certeza, Senador, pois não vejo o Governo Lula

com votos nesta Casa para derrotar os trabalhadores brasileiros. Força, Senador, vamos vencer! E aproveito a oportunidade para comunicar a esta Casa que o Partido da Frente Liberal, na manhã de hoje, reuniu-se com todos os seus senadores e não fechou questão. Entretanto, houve um compromisso de todas as senadoras e os senadores do PFL de votar contra o salário de R$260,00. Vamos em frente, Senador! V. Exa é o grande comandante desta resistência.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Termino agradecendo ao Senador Mão Santa, ao Senador Efraim Morais, a todos os Senadores que abriram mão de fazer o aparte para que eu pudesse concluir o meu pronunciamento.

Termino, Sr. Presidente, com um poema que escrevi nesta semana tão difícil, eu diria, para todos nós. O título, como iniciei: "Longa Caminhada".

Sei que é difícil entender

Sei que hoje estou no centro do poder

Mas saibam que eu sou povo

Isto jamais irei esquecer

Gostaria que acreditassem

Que o luxo de Brasília

E seus palácios

A orquestra de violino

E o piano de cauda mostram

O quanto estão longe os pandeiros

O violão, o tambor pelo povo tocado

É o cenário de um palco viciado.

Vocês sabem

Que eu não podia aceitar

Por isso eu não mudei

Não abandonei os nossos sonhos,

As nossas ilusões

O que preguei.

Continuarei livre

Livre como os pássaros

Livre para cantar;

Livre para escrever, protestar

Para sonhar.

Se chorei

É porque minha mente e alma

Estão com vocês

Jamais os abandonarei

Termino dizendo, Sr. Presidente, que a orquestra nos chama, vamos ter que recomeçar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todos.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

A morte do Governador Leonel Brizola

22-6-2004

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sras e Srs. Senadores, sem sombra de dúvida, hoje, o Brasil parou, do mais simples grotão às capitais. No Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados parou para homenagear o seu Deputado Federal mais ilustre; o Senado Federal parou. O Poder Executivo parou. O Poder Judiciário parou. O País parou.

Com a morte do Governador Leonel Brizola, ocorrida na noite de ontem, no Rio de Janeiro, o Brasil perde um dos maiores políticos da nossa geração.

Não há como fugir a um paralelo entre Getúlio Vargas e Leonel Brizola. Da República Velha até sua morte, em 1954, o Brasil girou em torno de Vargas. De lá para cá, coube a Brizola ser a referência dos interesses nacionais.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que, quando Getúlio partiu, deixou que Brizola continuasse a sua obra.

Como Getúlio, Brizola entendia e interpretava como ninguém a visão do trabalhador brasileiro. Soube mobilizar as classes trabalhadoras inúmeras vezes, ao arrepio das elites. Com a Cadeia da Legalidade, resistiu ao golpe que seria dado em 1961. Nesse momento histórico, lembro que ele contou com os militares da Aeronáutica, que estavam resistindo na minha cidade, Canoas, no Rio Grande do Sul. Contou também com o Exército. Brizola apareceu na sacada do Piratini, abanou ao povo, de metralhadora em punho, em nome da liberdade e da democracia.

Eu poderia lembrar, Sr. Presidente, que Getúlio criou o salário mínimo, mas foi Brizola que, mesmo na sua morte, protestou, exigindo

um salário mínimo melhor. Brizola deixa para morrer exatamente no dia em que a Câmara poderia aprovar um salário mínimo menor que o aprovado pelo Senado da República. E Brizola, mesmo morrendo, protestou dizendo: "Quero um salário melhor para o meu povo, para os trabalhadores".

Sr. Presidente, Brizola teve extrema dificuldade para estudar. Por isso, fez da educação um dos eixos, um dos nortes da sua vida. Não vou falar dos Ciep e de outras tantas iniciativas. Foi na faculdade que Brizola achou sua vocação para a política.

Eu mesmo sofri a influência positiva do comandante-em-chefe Leonel Brizola. Em 1954, quando Getúlio morreu, meu pai, que faleceu há 30 anos, desceu as escadas, pegou-me pela mão – essa é minha única lembrança da infância, com quatro anos – e disse: "Assassinaram o nosso líder. Assassinaram Getúlio Vargas".

Dez anos depois, em 1964, ocorreu um fato que me faz lembrar outra vez do meu velho. Havia na sala uma enorme foto de Brizola. Ele retirou a foto e disse: "Este é um grande homem, mas não posso falar nele". E escondeu debaixo do colchão a foto de Brizola, dizendo: "Vai ficar aqui, mas não te preocupes. Mira-te nele, porque ele um dia voltará". E Brizola voltou.

Desse dia em diante, na galeria dos homens da minha vida do Rio Grande do Sul, jamais me esquecerei de Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Luiz Carlos Prestes. Também não vou deixar de lembrar dos lanceiros negros da Revolução dos Farrapos.

João Goulart só não perdeu a possibilidade de ser Presidente da República porque o Governador da época resistiu até o último momento.

Estou acelerando, Sr. Presidente, mas quero lembrar um outro passo: foi Leonel Brizola quem permitiu que chegasse ao Senado da República o primeiro negro...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – ... pela iniciativa e pela forma de ver a política, porque interferiu positivamente para que o grande Abdias Nascimento fosse suplente de Darcy Ribeiro. Tivemos aqui, então, o primeiro Senador negro, chamado Abdias Nascimento.

Para a nossa infelicidade, Leonel Brizola não chegou à Presidência da República. Tentou por duas vezes, mas, a exemplo de Rui Barbosa, não conseguiu; preferiu ficar com as suas convicções e a sua coerência.

Quem acompanhou Leonel de Moura Brizola de perto deve ter ouvido aquela frase dele: "Basta-me um microfone para derrotar os adversários". Essa frase mostra o quanto ele acreditava nas suas idéias. Esse microfone lhe foi retirado, ou pelo menos limitado, nas ocasiões em que fez a grande disputa da sua vida.

Estive com Brizola na caminhada das Diretas. Brizola voltou à minha vida agora, nos últimos dois anos. Conversamos muito sobre a reforma da previdência e sobre o salário mínimo. Brizola esteve em meu gabinete, registrando a sua solidariedade. Recordo-me da sua última frase: "Temos de conversar muito. Este País, companheiro Paim, tem tudo para dar certo".

Sr. Presidente, concluo dizendo que uma das boas experiências da minha vida foi, ainda como sindicalista, ter ido à Nicarágua como integrante de uma comissão especial. Naquele país, conversei muito com Thomas Borges, a quem perguntei qual era o momento mais bonito ou mais triste da revolução sandinista. Ele me respondeu que foi a época em que estava no cárcere, sob a tortura do ditador Somoza, quando um dos seus gorilas entrou e disse: "Acabou a revolução sandinista. O seu principal líder, Carlos Fonseca, morreu". E Thomas Borges respondeu: "Te enganas. Carlos Fonseca não morreu. Ele estará sempre vivo, entre nós, pelas suas idéias".

Sr. Presidente, por que faço essa comparação? Porque o ex-Governador do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, Deputado Federal Leonel Brizola não morreu. A exemplo de Carlos Fonseca, suas idéias e sua coerência estarão sempre junto a nós, na nossa alma, no nosso coração e na nossa mente.

Leonel de Moura Brizola, presente! Deputado Estadual, Prefeito, Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

Viva Brizola, eternamente presente!

Termino dizendo, Sr. Presidente, que essa história há de ser contada em verso e prosa, à beira das fogueiras, do lado dos rios,

nas universidades, e os livros contarão a caminhada desse homem a gerações e gerações.

Viva Brizola, eternamente presente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

A Importância da aprovação do PLS nº 58/03

16-3-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tenho vindo sucessivas vezes a esta tribuna falar de uma causa que sempre defendi ao longo da minha vida pública, o resgate da dignidade dos aposentados e pensionistas.

Em 1989, cumprindo preceito constitucional, o INSS revisou todos os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição, a fim de que fosse restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários-mínimos, que tinham na data de sua concessão.

Em 1993, houve a desvinculação, iniciando-se o calvário dos aposentados e pensionistas com a devastadora defasagem salarial.

Nas viagens que faço, nas centenas de cartas e *e-mails* que recebo diariamente no meu gabinete, fica registrado o mesmo clamor dessa classe tão injustiçada: "A defasagem salarial está corroendo o valor da minha aposentadoria. Vou acabar recebendo um salário mínimo".

A política para quem ganha mais de um salário mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário mínimo. Acrescento, ainda, a falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança, todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo um salário mínimo.

Em todos os projetos que apresentei, sempre vinculei o salário mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo.

Apresentei um projeto de lei, o PLS nº 58/03, que garante a vinculação definitiva e tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social e as pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

Proponho a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Com a aprovação desse projeto, estaremos devolvendo aos milhares de aposentados e pensionistas sua dignidade e estaremos implementando justiça social.

Os brasileiros estão apavorados com a perspectiva de se aposentarem. Além da monstruosidade do fator previdenciário (sobre o qual falei nesta semana), eles sabem que a defasagem salarial vai impedi-los de viver com tranqüilidade esse momento que deveria ser de sonho, não de pesadelo.

No encontro nacional dos aposentados e pensionistas ocorrido na cidade de Aparecida/SP, no dia 30 de janeiro, foi acordado que haverá uma marcha para Brasília no dia 14 de abril. Eles irão reivindicar que esta Casa aprove imediatamente o PLS nº 58. Será a caminhada da cidadania e da dignidade humana.

Eles vêm exigir seus direitos, cientes do muito que fizeram pelo País, mas cientes também de que há anos estão sendo desrespeitados e estão perdendo seus direitos. As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 50%. Dependendo dos próximos reajustes, essas perdas poderão atingir 60%.

A partir do encontro de Aparecida, a Cobap iniciou uma campanha de coleta de assinaturas em apoio a este projeto. Eles pretendem atingir um milhão de assinaturas. O que muito me alegra é que essa mobilização alcançou o País inteiro, seja nas capitais ou nos mais distantes municípios.

Para encerrar este pronunciamento, sou forçado a ratificar certas reflexões que espero sinceramente fiquem gravadas nos

nossos corações, nas nossas mentes e produzam atitudes justas e concretas.

Por mais difícil que fosse para o País conceder aos aposentados os seus direitos, estejam certos de que sempre seria mais difícil para eles suportar as dificuldades que enfrentam mês a mês vendo seus ganhos diminuírem de tal forma, que não restam perspectivas para nada.

Pensem por um minuto apenas: se cada um de nós, ao se aposentar, fosse ano a ano vendo os vencimentos diminuírem gradativamente, enquanto o custo de vida não diminui, a necessidade de medicamentos aumenta, planos de saúde aumentam, as despesas com impostos não diminuem, que espécie de sentimento tomaria conta de nós? No mínimo, o desespero.

Enquanto existem sobras nos vencimentos, o desespero é menor e por isso para algumas pessoas é tão difícil imaginar tais dificuldades. Mas, e quando já não sobra nada? Tirar de onde? Correr pra onde?

Os aposentados não estão pedindo favores, eles querem a garantia de poder contar com aquilo que lhes é de direito. E não só porque lhes é de direito, mas porque precisam desse dinheiro.

Nosso Presidente Lula proporcionou benefícios aguardados há muito tempo pelos nossos aposentados e pensionistas, tais como: pagamento do 1º ao 5º dia; mesma data de reajuste (1º de maio); resgate da aposentadoria por idade aos que tinham sido afastados do sistema previdenciário – Lei nº 10.666/03; aprovação do Estatuto do Idoso após sete anos de tramitação; decreto regulamentando o Conselho Nacional de Direitos do Idoso, com a incumbência de regulamentar o Estatuto do Idoso; acordo para pagar perdas originadas de governos anteriores, e assim por diante.

Tenho certeza de que assim como o nosso Governo foi sensível a essas causas sociais tão relevantes, ele sabe da importância da aprovação deste projeto para os nossos aposentados.

Vou ler parte de uma oração que simboliza o muito que está ao alcance de nossas mãos fazer:

DO CRISTO

Nós rezamos, e vemos muitas pessoas
rezarem o Pai-Nosso de mãos dadas.
Gostaríamos que refletissem sobre o profundo mistério que
envolve essas mãos que se unem:
A mão jovem se une à mão velha e,
entre elas, se cruza a mão eterna do Cristo.
A mão débil se une à mão robusta e,
entre elas, se cruza a mão firme do Cristo.
A mão branca se une à mão negra e,
entre elas, se cruza a mão santa do Cristo.
A mão trêmula se une à mão segura e,
entre elas, se cruza a mão sustentáculo do Cristo.
A mão do empregado se une à mão do patrão e, entre elas,
se cruza a mão de mestre do Cristo.
Lamentavelmente, somente mãos fechadas
não se unem a outras mãos fechadas.
Mas, mesmo assim, entre elas se põe,
e entre elas se cruza, a mão aberta de Cristo!

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Homenagem ao Dia Internacional do Trabalho

1º-5-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, trabalhadores e trabalhadoras empregados e desempregados, hoje o Senado, com a presença de vocês, está com a cara do nosso povo, da nossa gente. Nós que estamos aqui temos de refletir o que vocês pensam, o que sonham, o que querem e o que não querem. É isto que gostaria de fazer neste momento.

A melhor forma para expressar esta vontade é fazendo com que a minha voz seja o eco de seus protestos, de suas angústias, das suas esperanças.

Pode ser ousadia, mas se vocês pudessem usar esta tribuna, eu creio que vocês diriam: Senhores Senadores e Senadoras, em 11 de novembro de 1887, homens e mulheres livres, nos Estados Unidos da América, na cidade de Chicago, foram enforcados, pois haviam liderado, em 1º de maio de 1886, a greve pela redução da jornada de trabalho, aumento de salários e contra o trabalho infantil.

No Brasil, nesta mesma data, o povo negro ainda era escravo, lutava pela liberdade e por esta causa milhares tombaram assassinados, torturados, esquartejados.

Somente dois anos depois, em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, mas o sofrimento dos afro-brasileiros continuou. Homens e mulheres, já então livres, brancos e negros travavam batalhas históricas pelo direito ao trabalho, salário justo, direito à terra e pela derrubada dos preconceitos raciais. Chagas que, infelizmente, persistem até hoje.

Senhores, ouçam as nossas preces, os nossos gritos. Sintam a nossa angústia. Isto ainda é reflexo deste passado que está vivo no

presente. Não gostaríamos de lembrar, mas temos de dizer: o Brasil foi o último País do mundo a abolir a escravatura.

Queremos nos dirigir ao Estado brasileiro neste espaço sagrado da democracia que é o Congresso Nacional.

A melhor forma de nos homenagear, em nome da geração passada, presente e futura, é vocês deliberarem de forma urgente, sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Não é companheiro Bira, Vice-Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB? Você que é sindicalista e é negro sabe como ninguém como o preconceito age de forma violenta sobre os seres humanos.

Senhor Presidente, o Estatuto da Igualdade Racial é a verdadeira carta de alforria que não veio em 13 de maio de 1888.

Senhores, é muito desgastante ter de dizer que o Brasil ainda hoje está entre aqueles que figuram na OIT como um dos países que ainda convive com trabalho escravo e trabalho infantil.

Homenagear é aprovar o Estatuto do Índio e o Estatuto das Mulheres, que sofrem, e muito, com a discriminação.

E vocês, pessoas com deficiência, que também estão aqui representados, se pudessem diriam: aprovem o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Seria a luz da alma, da mente, do corpo que vai nos assegurar a viver e trabalhar com dignidade. O estatuto vai permitir que nós possamos nos projetar além da linha do horizonte.

Homenagear é discutir, é implementar, sem achar que é um tabu, a reforma agrária. Realizá-la sem violência, na linha da paz e com justiça, assegurando aos trabalhadores o direito de permanecer na terra, com política agrícola, diriam os líderes da Contag, MST, CPT, Via Campesina, MPA e o Grito dos Excluídos, que hoje marcham com mais de 10 mil pessoas em direção a Brasília.

Homenagear o trabalhador brasileiro é diminuir a taxa de juros, pois a nossa é a mais alta do mundo. É diminuir a concentração de renda, pois somente os assalariados, com rendimentos que muitas vezes não dão sequer para alimentar os seus filhos, sabem como isso dói.

É investir na produção, no emprego, é dizer não à especulação financeira.

Senhor Presidente, homenagear milhões de brasileiros é elevar o salário mínimo para que ele permita que nosso povo viva com mais dignidade, que a gente possa ter o que a nossa Constituição promete.

É instalar a Comissão Mista, aprovada pelo Congresso Nacional, que pode assegurar uma política de reajuste permanente e decente para o salário mínimo e para os benefícios dos aposentados e pensionistas.

Sr. João Lima, nosso Presidente da Cobap, tenho certeza que diria se pudesse: homenagear os aposentados é aprovar o PLS nº 58, para que eles voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam à época de sua aposentadoria. É garantir aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste que foi dado ao salário mínimo.

Tenho certeza de que o Sr. Edison, Presidente do Mosap, também concorda e repetiria: homenagear é reconhecer o trabalho dos servidores públicos, aposentados ou não, que infelizmente estão sujeitos a receber somente 0,1% de reajuste.

É homenagem que vocês querem fazer? Diria o Presidente da CNTI, Calixto Ramos: então votem o PLS nº 296, que acaba com o Fator Previdenciário que representa um terror para quem pensa em se aposentar. E, cá pra nós, no Brasil, até parece que aposentar é pecado, é injusto.

Os líderes dos servidores, que há dois anos esperam o fim da reforma da Previdência, diriam que homenageá-los é aprovar a PEC Paralela. Ela trará benefícios a milhares de trabalhadores das áreas pública e privada. Ela é fruto de um amplo acordo do Congresso Nacional com o Executivo e até hoje ainda não foi votada.

Homenagear o trabalhador brasileiro é dar direito ao ensino profissionalizante, é abrir as portas do mercado para a nossa juventude. É permitir que o sonho da universidade se torne realidade.

É garantir trabalho para o jovem, sem esquecer aqueles que têm mais de 40 anos e estão desempregados e hoje são tão discriminados.

Homenagem é enfrentar o debate da redução da jornada sem redução de salários e, assim, gerar mais de sete milhões de empregos,

afirmaria o meu caro Schultz, da CNTC, nosso grande companheiro de tantas lutas, defensor do turno de seis horas para todos.

O desemprego desestrutura e agride de forma violenta as famílias, ferindo a auto-estima de milhões de brasileiros.

Homenagear o trabalhador é criar uma política de recuperação salarial para os servidores públicos civis e militares e também dos aposentados e pensionistas. Afinal, 0,1% é inaceitável. Diria João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB.

Fazer uma homenagem é vocês ouvirem a companheira Jussara Dutra Vieira, da CNTE, quando ela pede: "Por favor, nos ajudem para que parte do dinheiro da nossa dívida externa seja investida em educação".

Homenagem de verdade é isso que nós falamos, são todos os nossos direitos que vocês podem fazer valer. É exigir que o Governo retire a PEC nº 369, da reforma sindical, que somente dividiu os trabalhadores.

Nós não queremos esta reforma sindical apresentada, vocês sabem disso. Diriam inúmeras centrais, confederações, federações, sindicatos e associações de trabalhadores: Ela não é boa para nossa organização, então nos façam esta homenagem!

Ah! como gostaríamos de ouvir: a PEC da reforma sindical foi retirada do Congresso Nacional a pedido dos trabalhadores do Brasil.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, meus amigos trabalhadores, aposentados, pensionistas, vocês todos que ouvem as palavras ditas nesta tribuna, saibam que nós sonhamos com a data em que o 1º de maio não se torne um dia de festa ou de protesto, mas sim de reflexão sobre as conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Senhoras e Senhores, dizem que somos rebeldes por assim agirmos. Temos de ser, pois se não fosse pela rebeldia, pela obstinação, as vitórias não seriam alcançadas.

Foi a rebeldia de Tiradentes que vislumbrou a Independência do Brasil. Foi a rebeldia dos escravos que organizou os quilombos, liderados por Zumbi dos Palmares, que conquistou a todos nós.

Foi a rebeldia de Mandela que deu eco ao grito pela liberdade na África, de Gandhi na Índia e Martin Luther King nos Estados Unidos da América.

Sei que não preciso mencionar para vocês os resultados positivos da rebeldia do nosso povo nas décadas de 70, 80, exigindo a volta da democracia. A garra na mobilização das eleições diretas para exigir o fim da ditadura.

Foi nesta caminhada que ouvimos a batida forte dos corações, no encontro de gerações rebeldes que, ao mesmo tempo gritavam: liberdade, liberdade; e que consagraram a frase que jamais esqueceremos: ditadura nunca mais.

Depois, foi a rebeldia dos jovens de caras pintadas, que levou ao *impeachment* de um Presidente da República.

Foi, com certeza, a rebeldia dessa gente que trouxe a força trabalhadora para o centro das decisões do nosso País, elegendo um sindicalista para Presidente do Brasil.

É esta rebeldia que impede que esqueçamos de olhar para trás. É preciso sim olhar para trás, pois o povo que esquece seu passado, que não tem olhos para ele, não tem presente e não terá futuro.

Isto se chama coerência, de homens e mulheres que lutam com sabedoria, com paciência, trilhando os caminhos da consciência, com emoção de guerreiros que na verdade nunca esqueceram o que um dia prometeram.

Diante dos fatos que foram apresentados e dos caminhos que precisam ser percorridos para que alcancemos o que queremos, nossa rebeldia exige que façamos esta homenagem, também em tom de protesto.

Que se ouça o clamor de milhões de brasileiros que se sentem injustiçados.

Saibam todos que, apesar de tudo, não desistiremos, somos otimistas. O pessimista é um derrotado por antecipação. Vocês, trabalhadores e trabalhadoras, formam uma nação de guerreiros e guerreiras, por isso nós venceremos.

Minhas sinceras homenagens a vocês heróis combatentes, trabalhadores e trabalhadoras, empregados e desempregados. Não percamos a fé. Não abandonemos a luta. Coragem! O Brasil é nosso! Foi feito por vocês!

Vocês, somente vocês podem fazer com que ele seja o país que nós queremos. O nosso Brasil! O nosso Brasil de brancos e negros, de índios, de todas as religiões, de homens e mulheres unidos pela igualdade, pela liberdade e justiça social.

Vida longa ao 1º de maio.

Viva os trabalhadores do Brasil!

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Audiência pública – Discussão e busca de caminhos para a eliminação do racismo e preconceito

13-5-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, desejo cumprimentar as autoridades e demais convidados que nos honram com a sua participação neste evento. Desejo agradecer a presença de todos e todas aqui no plenário do Senado da República.

Quero fazer um agradecimento especial ao Presidente do Senado Federal Renan Calheiros e ao Vice-Presidente Tião Viana, que não mediram esforços para que este momento acontecesse.

Meus amigos e minhas amigas, há mais de um século, precisamente no dia 13 de maio de 1888, negros e negras corriam pelas ruas, dançavam, gritavam. Era o grito da liberdade que ecoava: "É o fim da escravidão! Irmãos, é o fim da escravidão!"

Essa festa celebrava o fim da humilhação, da vergonha, da dor, do preconceito. Era a alma aquecida pela paz tão esperada! Lá estavam também brancos que tinham compromisso com a liberdade.

"Nós lutamos, nós vencemos, nós somos livres! Chega de chibatas, de troncos, de ferros! Estamos livres das torturas!"

A noite chega, a luz do dia chega, os dias seguintes também e nada, na prática nada havia mudado.

Já se passaram 117 anos e muito pouco mudou.

Os negros ocupam os estratos mais pobres da população, são os menos escolarizados, recebem os menores salários quando empregados. Entre os chamados cargos executivos, nós não chegamos a 5%.

A taxa de analfabetismo de negros e pardos ainda é mais que o dobro da dos brancos.

A invisibilidade do negro no cinema, no teatro, na televisão, na literatura, enfim, no mundo artístico e no jornalismo é fato.

O fim da escravidão infelizmente não foi o fim das desigualdades, não foi o fim dos desrespeitos, não foi o fim das humilhações, das injustiças sociais.

É claro que algumas mudanças aconteceram, graças a homens e mulheres negras que ergueram suas vozes contra o sofrimento que lhes era imposto, mas nós ainda esperamos e lutamos pelo fim dos preconceitos.

E, Senhoras e Senhores, a partir da Constituição de 1988, o racismo é crime! Crime inafiançável! Mas na verdade, o que mudou nestes 17 anos?

Hoje são 13 de maio. Nós estamos aqui para fortalecer a coragem de seres humanos que lutaram e lutam para tornar o fim da escravidão uma realidade. Nós estamos aqui para refletir sobre esta caminhada, questionar o presente e avançar para um futuro de igualdade.

Nós somos da raça negra, nossa pele é negra e ela pode não estar mais sendo marcada por chibatadas ou por correntes, mas e nossos corações? Que marcas eles carregam? Como feriram a nossa auto-estima!

A perplexidade, a revolta toma conta de nós quando o racismo expõe suas garras e barra a entrada de jovens negros em bailes; ou quando jovens negros, correndo na rua para não perder a hora do vestibular, são confundidos com assaltantes; ou ainda quando os negros se dirigem ao Banco 24 horas para sacar o seu dinheiro e são abordados por policiais, simplesmente por serem negros e, desta forma, considerados suspeitos.

É a indignação que toma conta de nós quando, de forma explícita, nos esportes, alguns se permitem ofender atletas negros referindo-se com desprezo à cor da sua pele.

Meus amigos, nos orgulhamos de ser negros. Vergonha é ser preconceituoso, é ter a alma seca, morta, desprovida de senso de justiça, de respeito e da capacidade de amar.

Vergonha é repassar a sujeira que existe em um coração preconceituoso para o coração de uma criança inocente, ensinando-a a odiar a outra criança pela cor da pele.

Nós precisamos é de coragem, coragem é a nossa luta! Precisamos ser corajosos e enfrentar a discriminação, cada um de nós pode e deve olhar de frente, sem medo, para os incapazes de alma.

E, é assim que eu vejo aqueles que desprezam seus semelhantes, eles nada mais são do que incapazes de alma.

Coragem, essa é a palavra que nos cabe e nós somos corajosos, nossa história prova isso.

Nossa raça lutou em nome da liberdade, nos navios negreiros, construímos os quilombos. Por isso, 20 de novembro é a data da igualdade, dia em que morreu o nosso líder, Zumbi dos Palmares!

Nossa raça lutou pelo reconhecimento dos Lanceiros Negros no Rio Grande do Sul, conforme projeto aprovado aqui no Senado. Eles foram os grandes heróis da Revolução Farroupilha. Morreram em nome da liberdade, exigindo o fim da escravidão.

Por tudo isso e muito mais estaremos todos na Marcha Zumbi + 10, que acontecerá sobre Brasília no mês de novembro. Seremos milhares nessa marcha. Não é, companheiro Edson Cardoso?

Coragem é fazer acontecer a Marcha Zumbi + 10. Coragem foi a criação da Sepir, Ministra Matilde Ribeiro. Coragem foi o Senado aprovar o 20 de novembro, data de Zumbi dos Palmares, feriado nacional.

Racismo e preconceito fazem parte das culturas mais diversas. São vários os casos de jogadores, vítimas de preconceito racial. Temos registros de racismo, infelizmente, nos cinco continentes. Enfim, os casos não são isolados e não são restritos a este ou àquele país.

Esses fatos lamentáveis geraram uma campanha internacional que no Brasil podemos traduzir para "Levante-se e Fale".

É de coragem que estão imbuídos os atletas engajados nessa campanha pela compreensão, pelo respeito e pela tolerância.

Foi a coragem que fez com que o jogador Grafite, do São Paulo, não se calasse diante do insulto do argentino Leandro Desábato durante o jogo entre seu time e o Quilmes, da Argentina, e Desábato saísse preso do jogo e levado para a 34ª Delegacia de Polícia, na Zona Oeste de São Paulo.

Você, Grafite, está de parabéns assim como a diretoria do São Paulo e os agentes da polícia que agiram no caso também, pois esta é a coragem que muda as coisas.

Voto de louvor, de solidariedade, é uma homenagem de um exemplo que deve ser seguido.

Senhoras e Senhores, os jovens negros foram à luta. Lembro aqui que num debate sobre as cotas na Bahia, um grupo de estudantes negros entrou no auditório tocando o tambor e dizendo: "Nós não queremos apenas bater tambor, queremos ser doutor!"

Não é demais lembrar 1992, Congresso da UNE. Os jovens negros falaram alto em bom som que a juventude negra também pintou a cara, exigindo que aquele Congresso pautasse a questão racial. Este foi um ato de coragem!

O *rap*, movimento musical que desde o final dos anos 80 invadiu os espaços jovens na periferia de cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, é um estilo musical de reivindicação de direitos e de denúncia contra a violência social, racial e policial que é imputada à população negra.

É esta juventude que nos encoraja a lutar cada vez mais!

Senhoras e Senhores, foi a coragem do movimento negro que idealizou o projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que é hoje unanimidade no País. Tenho dito e reafirmo: o estatuto será nossa verdadeira carta de alforria não alcançada em 13 de maio de 1888.

Este ano de 2005, conforme decreto do Presidente Lula, é o ano da igualdade racial e entrará para a história, de fato, como o ano da igualdade se o estatuto for aprovado e sancionado pelo Presidente.

Direitos fundamentais serão garantidos à população afro-brasileira com este projeto.

Coragem é o sistema de cotas que buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira.

Parabéns Universidade de Brasília.

Parabéns Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Parabéns Universidade Estadual da Bahia.

Parabéns Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Parabéns São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o debate das cotas avança.

Parabéns Instituto Rio Branco por ter adotado a política de cotas. Esperamos Ministro Celso Amorim que o Brasil rapidamente tenha embaixadores negros.

Um exemplo da implantação das cotas nas universidades é o Professor Timoty, Vice-Reitor da UnB, aqui presente.

Coragem é você, aluno cotista, que conquistou seu espaço e mostrou ser tão competente quanto qualquer outro estudante.

É uma alegria para mim mencionar também a coragem da minha querida cidade natal, Caxias do Sul, que aprovou nesta semana em sua Casa Legislativa, por unanimidade, o sistema de cotas para negros em concursos. Esta já é uma realidade em centenas de outras cidades.

O estatuto prevê também que os remanescentes das comunidades de quilombos terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupam.

Existem hoje no Brasil, conforme o movimento negro, cerca de cinco mil quilombos. Representantes desses quilombos estão hoje aqui no plenário, acompanhados pelo Secretário-Geral da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Dr. Carlos Moura.

O estatuto assegura também liberdade aos cultos afro-brasileiros. É inadmissível que num País como o nosso ainda haja preconceito com as religiões de matiz africana.

É esse estatuto que garante um fundo para investimentos em políticas afirmativas para a comunidade negra.

Coragem é a que teve a Ministra Matilde Ribeiro, o Presidente da Fundação Palmares Ubiratan Castro e os relatores Reginaldo Germano na Câmara dos Deputados, e no Senado César Borges, Roseana Sarney e Rodolpho Tourinho, na defesa do Estatuto da Igualdade Racial.

Coragem, tenho certeza, terão todos os senadores e deputados, pois votarão por unanimidade a favor do Estatuto da Igualdade Racial.

Coragem é a ferramenta de luta de todos aqueles que combatem a discriminação.

Coragem é o teu nome, meu amigo, meu irmão Abdias do Nascimento!

Você agiu com coragem quando mostrou sua indignação diante da exclusão de negros da Guarda Municipal de São Paulo; quando ajudou a organizar o Congresso Afrocampineiro, quando fundou o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro.

Foi sua coragem que trouxe aos palcos do nosso País a nossa raça.

Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova Iorque e Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal da Bahia, você certamente nos presenteou com sua coragem, sua bravura, sua determinação em defender a raça negra. Por tudo isso, você foi e continua sendo o nosso Senador da República.

Ao encerrar este pronunciamento, na figura de Abdias quero homenagear a todos vocês que estiveram presentes neste evento, independente do título. Homenageio mesmo aqueles que aqui não puderam estar, mas que comungam com esta luta pela liberdade e pela igualdade.

Foi a sua coragem, meu querido amigo Abdias, que me fez escrever a poesia "Abdias, um homem à frente do seu tempo".

"Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, a nossa causa, à causa da nação negra.

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em verso e prosa a tua história. A história de um guerreiro, a história de um lutador.

Os poetas falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada, que, independentemente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém. Nunca tombou. Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.

Abdias, tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.

Viva o gigante Abdias do Nascimento!"

Vida longa a vocês lutadores da liberdade, da igualdade e da justiça.

Viva Zumbi dos Palmares!

Viva a nação negra!

Axé minha gente, coragem é liberdade!

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Os pilares para democratizar a economia e as decisões governamentais

27-6-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pretendemos abordar em nosso pronunciamento de hoje o que chamamos de "os pilares para democratizar a economia e as decisões governamentais".

É inegável que nesses dois anos e meio de gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a economia deu um salto de qualidade. Todos os indicadores demonstram que 2004 foi o ano da retomada econômica do Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 5,2%. O melhor desempenho anual desde 1994.

Todos os setores da economia apresentaram alta significativa variando de 6,2% (indústria) a 3,7% (serviços), além de um aumento de 5,3% no PIB da agropecuária.

Em apenas 25 meses foram criados cerca de três milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Sabemos que não é o ideal, mas estamos no caminho certo.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a capacidade instalada da economia cresceu, em média, 8% no ano passado, confirmando que o movimento de expansão é firme e durável.

Somente em 2004, a dívida pública caiu de 57,6% para 51,8% do PIB, na primeira redução do nível de endividamento desde 1994.

Conforme os índices oficiais do IPCA, a inflação caiu de 12,5% em 2002 para 9,3% em 2003, chegando a 7,6% em 2004. A meta para 2006 e 2007 é de 4,5%.

As exportações brasileiras têm registrado recordes de crescimento, ultrapassando pela primeira vez, em fevereiro de 2005, a barreira dos 100 bilhões de dólares por ano.

O superávit comercial em 2002 foi de 13,1 bilhões de dólares, em 2003 de 24,8 bilhões de dólares, e em 2004, 33,7 bilhões de dólares. O superávit total do Governo Lula até fevereiro de 2005 chegou a 63,5 bilhões de dólares.

O Risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para menos de 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu em 2003, o dólar estava em 3,43 reais. Hoje está em 2,40 reais.

A taxa de juros em 2003 foi de 24,90% ao ano. Hoje é de 19,75% ao ano. Temos de reconhecer que continua muito alta.

Os números que apresentamos e que são públicos demonstram que o Governo do Presidente Lula está no caminho certo quanto ao crescimento da economia.

Alguns podem achar que são números acanhados. Mas o fato é que estamos avançando.

Senhor Presidente, é preciso aprofundar as raízes das árvores que dão bons frutos.

É preciso democratizar a economia e transferir as benesses para o campo social. Darmos um choque de distribuição de renda e inclusão.

Democratizar a economia é fazer com que a mesma alcance também aqueles que estão fora dos direitos da cidadania.

Mas não seremos ingênuos, senhores. A distribuição de renda e a inclusão social são um processo lento e gradativo.

Porém, acreditamos que podemos aplicar algumas ações imediatas, que chamamos de "os pilares para democratizar a economia" e que passo a elencar.

A recuperação do poder de compra do salário mínimo como instrumento de distribuição de renda. O salário mínimo está ligado a programas como bolsa-escola, seguro-desemprego, salário-família, renda mínima, nos acordos e dissídios coletivos, no salário dos aposentados e pensionistas, nos pisos das categorias, na reativação do mercado interno e no salário mínimo regional.

Por isso tudo, e baseado na proposta original do Governo Lula, é que entendo que o salário mínimo em 1º de maio do ano que vem poderá chegar a R$400.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial é a forma mais rápida e eficaz de gerar novos empregos. O Dieese divulgou pesquisa que mostra que a redução na jornada, aliada ao fim das horas extras, pode vir a gerar, já no primeiro ano, mais de 2,8 milhões de empregos diretos.

Acreditamos que, num segundo momento, reduzindo a jornada para 36 horas, a exemplo do que já fizeram outros países, chegaremos a sete milhões de empregos.

Com a redução das taxas básicas de juros da economia ocorrem conseqüências diretas para a sociedade, qual seja o aumento da produção e mais oportunidades de empregos.

Uma reforma tributária condizente com a realidade e necessidade atual. A elevadíssima carga de impostos fomenta a sonegação, inibe novos empreendimentos e por conseqüência deixamos de gerar novos postos de trabalho.

O fortalecimento das políticas de reforma agrária para que todo homem e sua família tenham direito a um pedaço de terra para plantar, produzir e trabalhar dignamente.

Uma política pública que fortaleça a produção nacional, já que há uma expectativa internacional de que o Brasil se torne o celeiro do mundo pelo potencial dos nossos produtores.

Que os benefícios dos aposentados e pensionistas que ajudaram a construir o nosso País sejam reajustados com os mesmos percentuais do aumento do salário mínimo.

Que os servidores públicos, civis e militares, tenham aumentos dignos de salários. Que a PEC Paralela da Previdência seja aprovada nesta semana, antes do recesso parlamentar.

Que o Congresso Nacional volte a cumprir seu papel de legislar. É fundamental a retomada das votações.

Senhor Presidente, queria aqui me socorrer do inesquecível líder, já falecido, Ulysses Guimarães. Quando presidente da Assembléia

Nacional Constituinte ele dizia: Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, votem.

O voto é o principal instrumento da democracia. Quando não é possível construir acordos ou entendimentos, o voto resolve.

Que o Congresso Nacional aprove, assim como ocorreu com o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, que considero a verdadeira carta de alforria dos negros brasileiros, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que vai beneficiar cerca de 24 milhões de pessoas, de acordo com o último censo.

É preciso ter políticas para os chamados trabalhadores experientes que estão sendo discriminados e eliminados do mercado de trabalho por terem mais de 40 anos.

A criação de escolas técnicas profissionalizantes para que nossos jovens sejam inseridos no mercado de trabalho e ao mesmo tempo preparando-os para a universidade.

Senhores, é preciso iluminar a caminhada dos nossos jovens. Se não fizermos isso estaremos apagando as lamparinas e permitindo que o narcotráfico e a violência tomem conta das vidas da nossa juventude. Seremos irresponsáveis se permitirmos isso e as gerações futuras haverão de nos cobrar.

Senhor Presidente, o crescimento econômico do Governo do Presidente Lula se assemelha em muito às sementes espalhadas pelo chão. Pois acredito que tudo que está sendo plantado terá a sua época de colheita. Já fizemos muito. Mas muito há por fazer.

As manifestações que estão sendo feitas pelos movimentos sociais, sindicais e populares em defesa da ética na política, combate à corrupção, em defesa da democracia e pelo desenvolvimento do País, estão corretas.

Mas, Senhor Presidente, precisamos também democratizar as decisões governamentais para iniciarmos a construção de um novo pacto federativo.

Enfatizamos a democratização das decisões de Governo. É preciso que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos que sejam de interesse do País.

Por que não termos encontros mensais entre os líderes da Situação e Oposição com o próprio Presidente da República para dialogarmos sobre aquilo que de fato interessa a Nação?

É fundamental uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre os grandes temas. Os projetos não podem chegar a esta Casa pela imprensa ou por medidas provisórias.

Um novo pacto federativo é fundamental. Uma República Federativa mais forte e eficiente é o que queremos; com mais autonomia para estados e municípios, agregado à descentralização de recursos e responsabilidade, o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida; onde estados e municípios não sejam submissos à União.

Para finalizar, senhores, nesse momento de crise é fundamental para a vida da República que aprovemos ainda este ano a reforma política. Entendo que ela só terá razão de ser se contemplar pelo menos a fidelidade partidária e o financiamento de campanha.

Sobre o combate à corrupção queremos reafirmar a importância das CPI e a punição dos corruptos, doa a quem doer, e ainda a transparência total de tudo que venha ao encontro da administração pública.

Por tudo isso, Senhor Presidente, queremos reafirmar que as palavras de ordem neste momento são democratizar a economia e democratizar as decisões de governo.

Também reafirmo o meu total apoio e compromisso com o movimento social e sindical organizado, que realizarão uma audiência pública no dia 30 de junho e um ato público dia 13 de julho na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pela governabilidade, ética na política, contra a corrupção e pelo desenvolvimento do País.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

A promulgação da PEC nº 77, a PEC Paralela da Previdência

6-7-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, há alguns dias viemos a esta tribuna para falar sobre a palavra empenhada, sobre o cumprimento de acordos. Hoje voltamos aqui alegres por ver que, apesar da crise pela qual o País passa, esses valores ainda são respeitados.

Em 2003, nós, senadores, elaboramos a PEC Paralela da Reforma da Previdência. Uma alternativa para a amenizar os efeitos da reforma. A aprovação da matéria era garantida. Pelo menos foi o acordo que fizemos com o Executivo e com a Câmara dos Deputados. Todos entendiam que a PEC seria benéfica para os servidores públicos.

Passaram-se cerca de 18 meses e, enfim, a matéria foi aprovada e, ontem, promulgada pelo Congresso Nacional. Tivemos encontros e desencontros, é verdade, mas também tivemos muito empenho por parte dos parlamentares e das instituições que defendem os servidores públicos.

Na semana passada, como todos sabem, em um dia muito triste para minha família, eu tive uma alegria: a aprovação da PEC Paralela pelo Senado.

É como diz o ditado: "Deus fecha uma porta, mas abre uma janela". Isso é verdade, afinal, um dia após o falecimento de meu irmão Ariovaldo Paim, a PEC foi aprovada.

A alegria de ver essa matéria aprovada não superou a dor que a perda de meu irmão causou, mas colaborou para que nos confortássemos. Sim, afinal, a PEC é uma conquista de milhões. Uma vitória – mesmo que não a sonhada.

Sabemos que a PEC Paralela não é o ideal almejado por nossos servidores, porém ela é uma conquista. Isso é inegável.

Com a promulgação de ontem, agora passam a valer os seguintes pontos:

Integralidade – Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31-12-2003, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher; 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo). A EC nº 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC Paralela, que revoga o parágrafo único do art. 6º da EC nº 41.

Paridade plena – Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31-12-2003, preencherem todas as exigências para a aposentadoria integral do item anterior. Dizendo de outro modo, estende a paridade plena do art. 7º da EC nº 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria EC nº 41.

Paridade das pensões – Fica assegurada a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da EC nº 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição abaixo. Há, aqui, uma incoerência, que o relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base no art. 6º da EC nº 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher; 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo).

Regra de transição geral – Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional nº 41, desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso, 30 anos para a mulher e 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada com a soma da idade com o tempo de contribuição. Exemplo: homem 59/36, 58/37, 57/38; 56/39, 55/40 etc.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas – O aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a Previdência até o dobro do teto do INSS. Em valores atuais corresponde a R$5.336,30.

Teto nacional – O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R$19.170,00, podendo chegar a R$21.500,00 em 2005 e R$24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.

Aposentadorias especiais – Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Contribuição da empresa para o INSS – Modifica o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Inclusão previdenciária – Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantindo-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.

Vigência da PEC Paralela – Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos Deputados Carlos Mota e Drª Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

Senhor Presidente, gostaria de registrar que ontem dei entrada em quatro projetos de lei que regulamentam artigos da PEC Paralela. São eles:

– regulamentação da inclusão dos trabalhadores de baixa renda e donas de casa na Previdência;

– concessão de aposentadoria aos segurados do Regime Geral de Previdência Social portadores de deficiência;

– especificação das doenças incapacitantes, para fim de incidência da contribuição previdenciária;

– estabelecer requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.

Senadoras e Senadores, sofremos muitas críticas ao defender a PEC Paralela. Houve mesmo quem dissesse que fazíamos parte de uma farsa. Hoje essas mesmas pessoas reconhecem que não foi isso.

Reconhecem que nossa luta foi gigantesca. Alguém nos disse: "Paim, mais uma vez Davi venceu Golias. Parabéns!". É bom, muito bom ouvirmos isso.

Nós podemos dizer que a vitória nos lava a alma porque ela colabora em nossa caminhada pela construção de um país melhor.

Relembramos que apresentamos a proposta da PEC Paralela no dia 8 de outubro de 2003. Aprovamos e enviamos para a Câmara dos Deputados, onde a matéria ficou por quase dois anos. Quando retornou a esta Casa, nós a aprovamos em dois meses.

Agradecemos o empenho a cada um dos 81 senadores. Ao Senador José Sarney que, quando presidia o Senado Federal, votou a matéria em dois turnos.

Ao ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, que votou a PEC em um turno e ao atual presidente, Deputado Severino Cavalcanti, que a votou em segundo turno.

De volta ao Senado, agradecemos ao nosso presidente, Senador Renan Calheiros, que, em um único dia, votou a matéria em dois turnos.

Nossos agradecimentos estendem-se ainda aos Relatores da PEC: Senador Tião Viana, Deputado José Pimentel e Senador Rodolpho Tourinho.

Nosso muito obrigado é ampliado aos presidentes das Comissões. E aqui fazemos um agradecimento especial ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado Senador Jefferson Peres, fiel escudeiro do Regimento Interno. Agradecemos o fato de o senhor ter aberto mão de todos os prazos para que a PEC fosse votada.

Também parabenizamos todos os líderes pelo grande entendimento feito: Senador Aloizio Mercadante, Senador Delcídio Amaral, Senador José Jorge, Senador Ney Suassuna, Senador João Capiberibe, Senador Osmar Dias, Senador José Agripino, Senador Marcelo Crivella, Senador Valmir Amaral, Senador Arthur Virgílio, Senadora Heloísa Helena, Senador Mozarildo Cavalcanti, assim como todos os vice-líderes.

Agradecemos aos Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, companheiros que sempre estiveram, juntamente conosco, confiantes na aprovação da PEC.

Por fim agradecemos a todas as entidades que representam os servidores públicos, a todas as centrais e a todas as confederações de trabalhadores pelo apoio que deram à PEC Paralela.

Todos souberam somar para que a matéria fosse aprovada.

Ontem ficamos contentes ao ver os deputados defendendo, unanimemente, a matéria. Percebemos que a luta que nós senadores iniciamos foi encampada por nossos colegas.

Isso não poderia ser diferente, afinal, a nosso ver, a PEC Paralela foi o projeto mais importante aprovado pelo Congresso Nacional nos últimos tempos.

Com ela nossos servidores têm garantias como a aposentadoria integral; a aposentadoria para as donas-de-casa, a aposentadoria especial para deficientes. Asseguramos a paridade, o subteto, a regra de transição, a não-contribuição de inativos por doenças incapacitantes e o controle social da Seguridade Social.

Informamos que, no nosso entendimento, todos aqueles que têm direito à aposentadoria especial estão contemplados na regra de transição. Esse é o caso, por exemplo, dos professores.

Estivemos conversando com a Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Jussara Dutra, e entendemos isso. Se dúvidas surgirem, certamente faremos a correção. Os professores não ficarão de fora.

É com imensa satisfação, repetimos, que vemos na aprovação da PEC Paralela uma demonstração de que nossos legisladores e as pessoas que dirigem nosso País cumprem seus acordos. Honram a palavra empenhada, honram seus compromissos.

Uma vitória inegável. Uma conquista não de uma única pessoa, mas sim do Congresso Nacional e da sociedade organizada.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

A saída de Olívio de Oliveira Dutra do Ministério das Cidades

21-7-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, certa vez o meu amigo Olívio de Oliveira Dutra me disse que todos nós militantes por um Brasil mais justo temos sonhos e os perseguimos durante nossas vidas.

Temos trajetórias de lutas fecundadas por sonhos que dizem respeito à dignidade das pessoas, à justiça social, às relações humanas mais qualificadas e criativas. E concluiu dizendo que sua preferência era por sonhos construídos coletivamente.

Conheci Olívio Dutra há mais de 30 anos, na luta do movimento sindical. Estava à frente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre com a ânsia que todos os jovens tem para fazer história, para criar esperança, para fundar o Partido dos Trabalhadores.

Filho de pequenos agricultores, Olívio é um guerreiro que nasceu em Bossoroca, na região das Missões do Rio Grande do Sul, e por coincidência onde, na metade do século XVIII, o índio Sepé Tiaraju, cacique guarani, liderou a resistência contra o avanço dos exércitos português e espanhol.

Chamado carinhosamente pela gente do Sul de galo missioneiro, ele é a síntese daqueles brasileiros que amam a sua Pátria, que levam o cheiro da terra onde nasceram por onde andam. Um homem de caráter. Olívio é um cidadão de raiz.

Quando prefeito de Porto Alegre, implantou o Orçamento Participativo, inaugurando uma seqüência de administrações petistas na cidade. Deu início também à reestruturação do transporte coletivo, fazendo o que é hoje um exemplo para o País.

Recordo-me da sua brava atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Incansável nos debates da ordem social,

de educação e da Previdência Social. Isso lhe valeu nota dez do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Eleito governador do Rio Grande do Sul em 1998, implantou políticas que mudaram o perfil do estado.

Posso aqui citar algumas, como o Orçamento Participativo Estadual, o Piso Salarial Regional, o Programa Primeiro Emprego para Jovens, a Universidade Estadual, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), Programas para a Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Programas para Micro e Pequenas Empresas, Seguro Agrícola, Programa Economia Popular e Solidária, Programa de Crédito Assistido e Assistência Técnica para mais de 330 municípios.

Aprendi nos livros sobre Páris e Helena, Tristão e Isolda, Dom Quixote e Dulcinéia. Não poderia deixar de falar daquela que pariu Espártaco e Laura. A sua Anita Garibaldi... Falo da sua companheira, a nossa querida Judite da Rocha Dutra, por quem tenho um grande respeito e admiração.

Senhor Presidente, Olívio Dutra ficou 30 meses no comando do Ministério das Cidades. Como um timoneiro soube conduzir com afinco, determinação e responsabilidade. As sementes para a reforma urbana foram jogadas.

Os movimentos sociais lhe deram legitimidade para combater as desigualdades sociais e transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte.

É missão do Ministério das Cidades tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.

Por meio da Caixa Econômica Federal, o Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade.

Essa tarefa de garantir que cada moradia receba água tratada, coleta de esgoto e de lixo, que cada habitação tenha em seus arredores escolas, comércio, praças e acesso ao transporte público, transformando as cidades em ambientes saudáveis e produtivos, é uma conquista da

cidadania brasileira e que está sendo sim, implantada pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Senhor Presidente, considero a gestão de Olívio Dutra no Ministério das Cidades uma das melhores da Esplanada.

E finalizo dizendo que se o companheiro Olívio Dutra quiser, poderá ser candidato de consenso à presidência do PT no meu estado e, com isso, aplainar a estrada rumo ao Palácio Piratini, sede do Governo gaúcho.

Vida longa a você companheiro sindicalista, Deputado Federal, Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Ministro das Cidades Olívio Dutra.

Você é um exemplo para todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Homenagem ao centenário de nascimento do escritor gaúcho Érico Veríssimo

24-8-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pretendo ser rápido. É com muita satisfação que participo das homenagens a Érico Veríssimo no centenário de seu nascimento.

Fiz questão de estar presente nesta Sessão Especial do Senado Federal para saudar a família Veríssimo, e também para partilhar com os presentes algumas idéias e sentimentos sobre a obra de Érico Veríssimo.

Nos últimos dias dediquei parte das noites de insônia para folhear alguns escritos de Érico.

Em certas horas, quando os ponteiros ousaram parar os minutos e o brilho das estrelas em parceria com a lua adentrava as frestas da janela...

Confesso a este Plenário, sem vergonha alguma, foi como se as minhas veias explodissem prenunciando o desaguar da loucura, mas aquela loucura de Roterdã, a boa loucura, a loucura consciente, atrevo-me, a loucura de Érico Veríssimo, a loucura do ser universal.

Naquele momento, dei-me conta da força que existe e da magnífica realidade e experiência que é a de um escritor fazer com que um menino do interior da Rússia, um professor italiano de uma conceituada universidade, um camponês mexicano, um estudante brasileiro, um cidadão africano, um parlamentar de algum país latino-americano, tenham algo em comum.

Esta universalidade de Érico Veríssimo nos dá esperança de que é possível ainda que os homens usem mais as palavras para se irmanarem em atos de solidariedade e amizade.

Se os senhores que comandam as decisões mundiais lessem um pouco de Érico, com certeza, estaríamos bem melhor.

Uma das qualidades de Érico, com a qual me identifico, sem dúvida é o idealismo e o humanismo. E tenho preferência por *Saga*, escrito em meados de 1940, baseado no diário de um ex-combatente da Brigada Internacional na guerra civil espanhola.

E muito fiquei a me perguntar. O que fez aqueles 16 brasileiros se apresentarem como voluntários para lutarem contra o fascismo de Franco? Só pode ser coisa de idealista em busca de liberdade.

E a liberdade sempre esteve junto às obras de Érico. Yupanqui imortalizou "eu tenho uma irmã que se chama liberdade". Que coisa linda esquecer a vida em busca de liberdade. *Gracias* capitão Rodrigo Cambará.

E como cúmplice da liberdade, Érico era um grande admirador de Alberto Camus: "O escritor é a testemunha da liberdade". Érico não hesitou em atacar abertamente, sempre que possível, os responsáveis pela ditadura, recusando submeter qualquer escrito seu à censura prévia, porque "fazer isso seria uma triste forma de suicídio moral".

Em pleno Governo Médici declarava, numa entrevista ao *Correio da Manhã* (19-11-71): "No Brasil hoje em dia predomina uma atmosfera de medo. Amigos tenho, apolíticos, que temem falar em certos assuntos pelo telefone. Ora, nenhum governo sem contestação poderá manter-se em permanente renovação. O direito de criticar construtivamente deve ser mantido. A imprensa deve ser livre e responsável. É um erro funesto confundir crítica patriótica com subversão. Estamos correndo o risco de perder o hábito de pensar".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, a obra de Érico Veríssimo é de uma imensidão oceânica. *O Tempo e o Vento, Incidente em Antares, Caminhos Cruzados, Clarissa, O Prisioneiro, Israel em Abril, Um Lugar ao Sol*, enfim tantos outros.

Arrisco, com um carinho todo especial aos familiares que aqui estão, se me dessem a oportunidade de ser crítico de literatura e perpetuar nas páginas dos jornais, diria que a obra de Érico Veríssimo é atemporal, perpassa os tempos, as terras, os rios, os idiomas, não tem estilo nem escola, simplesmente, como já disse o poeta, é como o canto dos pássaros, é eterno.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Artigo "Governo e o PT" publicado pela Liderança

6-9-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, gostaria de registrar aqui artigo publicado pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, que pondera sobre o Governo e o PT – onde começa um e termina o outro?

"Os diversos acontecimentos das últimas semanas têm nos levado a pensar sobre valores e ideais pelos quais o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre lutou. E o que constatamos? Vimos que, ao não separar o Governo do partido, muito se errou.

Dizemos isso, pois o Governo Federal é composto por um leque de partidos e, sendo assim, certamente terá pontos contrários aos defendidos pelo PT. O PT errou, o Governo também errou. Somos o principal partido da base do Governo, mas não somos o Governo.

Nosso partido deveria ter dito: "Somos da base do Governo, lutaremos pelos nossos pontos de vista dentro do Governo e acompanharemos tudo o que for possível no Governo. Mas, em relação a algumas questões – que são históricas bandeiras do PT –, continuaremos defendendo".

Podemos ser um partido da base sem nos negar a fazer uma discussão qualificada com o Governo e com a sua composição – que é muito ampla.

Discordâncias são normais mesmo entre nós, afinal, todos querem o melhor para o País. Tenho certeza absoluta que isso é o que deseja o Presidente Lula, o PT, enfim, a composição do Governo. Os militantes, os dirigentes e os parlamentares não podem deixar de discutir, de fazer, como costumamos dizer, um bom debate quando a causa for justa.

A polêmica é positiva, ela mantém vivas as causas. Alguém já disse que toda unanimidade é burra. O que precisa ser entendido é que ser da base ou mesmo do PT não é dizer amém para tudo aquilo que venha do Executivo.

Erramos ainda ao não dar a atenção merecida à base de apoio no Congresso Nacional. Sempre defendemos um maior diálogo entre o Executivo e os parlamentares que compõem sua base, reconhecendo e fortalecendo suas iniciativas.

Por quê? Porque os aliados, na verdade, não têm compromisso apenas com o Governo, mas também com o projeto coletivo que norteia as nossas vidas. Portanto, não existe razão para o Governo Federal desconhecer essa história, e, por algumas vezes, passar por cima daquilo que foi construído ao longo de nossa caminhada.

Mas, esperamos que, com o tempo, essa relação vá sendo aprimorada: valorizando o trabalho da base de apoio e dialogando melhor com os parlamentares, inclusive com os da Oposição.

Acreditamos também que o Executivo deveria enviar ao Congresso Nacional propostas voltadas ao campo social, principalmente relacionadas à igualdade e à geração de emprego e renda. Seria fundamental, por exemplo, diminuir a taxa de juros. Os lucros dos bancos são exorbitantes.

Nos intriga a guerra fratricida dentro do PT. É incrível, mas a impressão que dá é que a luta interna está acima da vida do partido. Uma coisa é certa: o erro de uma minoria não pode ser jogado sobre 800 mil militantes e milhões de simpatizantes. Os que erraram devem, sim, ser punidos, sem que haja pré-julgamento.

Nós, pessoas públicas, carregamos conosco o peso da responsabilidade das palavras, das ações. Qualquer movimento incerto pode multiplicar o número de interpretações, por esse motivo justificamos a importância de seguirmos os caminhos do coração e da razão, pois somente eles são capazes de nos mostrar aquele caminho que nos leva ao encontro do que há de mais profundo: a solidariedade, o desprendimento dos preconceitos, a doação incondicional, a firmeza dos propósitos, o respeito e a sensibilidade para perceber que somos apenas humanos com nossos erros e virtudes.

Como diz o verso de Carlos Castañeda: "(...) Examine cada caminho com atenção e propósito, experimente-o tantas vezes quanto julgar necessário. Depois, faça uma pergunta a você e só a você. Esse caminho tem coração? Há caminhos que passam pelo mato, ou vão por dentro do mato ou sob o mato. A única pergunta é se esse caminho tem coração... Se tiver, o caminho é bom, se não, não tem utilidade".

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

O projeto do salário minímo para 2006

6-9-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, todos os anos ficamos na expectativa da chegada da Lei Orçamentária Anual a esta Casa, com a esperança de que ela traga um aumento real do salário mínimo e mais investimentos em programas sociais, no sentido de diminuir a grande desigualdade existente em nosso País.

Desigualdades estas que crescem a cada ano e têm trazido para o Brasil uma posição vergonhosa. O último relatório da ONU informa que o Brasil tem a maior desigualdade social da América Latina.

Se compararmos os dados de investimentos em programas considerados como gastos sociais, o Governo Lula vem alocando quantitativamente recursos destinados às áreas sociais. Porém, tais acréscimos não têm refletido melhoria na qualidade de vida do brasileiro.

No Brasil, quase um terço da população vive com até meio salário mínimo *per capita*. Em termos absolutos, representam cerca de 49 milhões de pessoas.

O Orçamento total de 2006 somará R$1,676 trilhão. O governo brasileiro terá no ano que vem R$14,7 bilhões para investimentos, contra os R$13,01 bilhões deste ano. E o salário mínimo veio com uma previsão orçamentária de R$321,00. Muito aquém do dobro prometido no início do atual Governo. Seu reajuste acabou sempre esbarrando no equilíbrio fiscal.

Dentro da coerência que sempre mantive à respeito da valorização do salário mínimo, apresentei hoje nesta Casa um projeto de lei baseado na aplicação de 5,5% a título de previsão inflacionária e de

26,51% a título de aumento real, sobre o valor atual do salário mínimo. Assim chegaremos ao montante de R$400,40 para o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2006.

Esta política de reajuste tem sido mantida em todos os projetos que apresentei desde 2003.

ANO	Índice inflacionário	Índice aumento real	Valor salário
2003/2004	IGP-DI 7,04%	R$0,20/h	R$302,09
2004/2005	INPC 6,355%	2 X PIB = 10,4%	R$354,70
2005/2006	Projeção Inflação 5,5%	2 x PIB = (Previsão) 7%	R$400,40

Porém, mais importante que aprovar um salário mínimo de R$ 400,40 é a aprovação de uma política permanente de reajuste do salário básico, também inserida no referido projeto.

Neste sentido, defendo que, a partir de 1º de maio de 2007, o valor do salário mínimo observe critérios de reajuste que preservem o seu valor real ano a ano, sendo-lhe garantido, assim, a concessão do correspondente à inflação mais o dobro do PIB.

A idéia é, também, de manter o vínculo entre os reajustes da Previdência e do salário mínimo, garantindo a atualização automática dos valores dos benefícios previdenciários preservando assim o justo valor de milhares de aposentadorias e pensões.

A defesa de um salário mínimo digno faz parte da minha história, faz parte da minha trajetória política e pessoal. E não irei abandoná-la até que tenhamos um salário justo para todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas deste País.

Sonho com o dia em que todo cidadão e cidadã brasileira recebam um salário que cumpra os preceitos constitucionais.

Não podemos nos esquecer do artigo 202 da Constituição Federal que nos diz que o valor real das aposentadorias deve ser preservado.

Não esqueçamos também do que está disposto na Carta Magna. O salário mínimo deve ser justo, capaz de atender as necessidades básicas

de cada cidadão brasileiro, com a devida recuperação percentual nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Por isso, Senhor Presidente, a proposta de reajuste do salário mínimo para R$ 400,40 é absolutamente compatível com o desempenho da economia brasileira e, conseqüentemente, com as possibilidades econômicas do País, além de ser um excelente meio de combate à desigualdade social brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Homenagem aos 170 anos da Revolução Farroupilha

20-9-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, peço silêncio aos meus pares... Escutem... Os clarins farroupilhas se aproximam do Congresso Nacional. Vêm em romaria adentrar a catedral das decisões da Pátria. Querem dar testemunhos sobre o 20 de Setembro, dia em que o Rio Grande do Sul celebra 170 anos da Revolução Farroupilha.

Era manhã, véspera de primavera, como hoje. Com suas barbas tostadas e os "corcéis de pêlo carvão", os continentinos, charqueadores, índios, negros, gaudérios, gaúchos, descendentes dos beduínos, tomam de assalto Porto Alegre. Era 20 de setembro de 1835. Tem início a Guerra dos Farrapos. Epopéia heróica que durou até 1845.

A Província do Rio Grande de São Pedro sofria com a decadência de sua economia. A agricultura perdia espaço. Os produtos pecuários, em competição direta com Montevidéu e Buenos Aires pelo controle do charque brasileiro, eram vítimas de uma legislação discriminatória. A sociedade local não aceitava mais os altos impostos cobrados pelo Poder Central, pelo Império do Brasil.

O historiador norte-americano Spencer Leitman, na sua obra *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos,* escreveu que a corrupção institucionalizada continuava, mas as fontes, de renda da província aumentaram com a nova organização estrutural e processual. O Governo Central arrecadava mais dinheiro, porém não distribuía mais verbas para construir uma infra-estrutura adequada.

Nos dez anos de conflito, milhares de mortes aconteceram de ambos os lados. Entre farrapos e imperiais. A revolta iniciou com base em reparações econômicas passando em seguida para um período de independência da província.

O professor Mário Gardelin acredita que a Revolução Farroupilha foi um fenômeno humano, que nasce, cresce e declina, como todas as coisas deste mundo, e é mantida ao sabor do heroísmo e das fraquezas humanas que, sem dúvida, são heróis, mas não são deuses.

Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Davi Canabarro, Teixeira Nunes, João Antônio, Onofre Pires do Canto, Gomes Jardim, Antonio Vicente, Lucas de Oliveira, Anita e Giuseppe Garibaldi, Rosseti, os lanceiros negros, Duque de Caxias, Chico Pedro, Mena Barreto e tantos outros.

Como disse Olavo Bilac, "Esses primeiros criadores da nossa liberdade política não olhavam para si: olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade".

A Guerra dos Farrapos foi a mais violenta e dispendiosa de todas as crises internas no Brasil durante a década de 1830 e talvez de todo o século dezenove. Conforme ficou provado, com a Revolução Farroupilha a posição econômica e social da província do Rio Grande do Sul melhorou.

Senhor Presidente, hoje, 20 de setembro, é feriado no Rio Grande do Sul. O estado está parado para assistir às celebrações pela passagem dos 170 anos da Revolução Farroupilha. Em praticamente todos municípios, há desfiles cívicos que são levados a efeito pelos Centros de Tradição Gaúcha, estabelecimentos de ensino, igrejas, clubes, organizações não-governamentais, prefeituras e Governo do Estado. É uma festa sem precedentes. Serão mais de 250 desfiles.

Mantendo as devidas proporções, o Estado do Rio Grande do Sul continua a perder espaço. A elevada taxa de juros e o câmbio valorizado têm penalizado setores importantes da indústria. O aumento do ICMs reduziu o potencial de compra da população. A restrição de crédito de exportação diminuiu a competitividade da indústria local. A elevação de impostos gera um risco à ampliação dos negócios. O desemprego é crescente.

Para o Brasil, queremos um novo pacto federativo. Uma República Federativa mais forte e eficiente; com mais autonomia para estados e municípios, agregado à descentralização de recursos e responsabilidade,

o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida; onde estados e municípios não sejam submissos à União.

Como disse Eduardo Prado, "A História é feita de reparações salutares e tardias justiças".

Viva o Rio Grande do Sul!

Viva a Pátria-Mãe! Viva o Brasil!

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

O Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência

21-9-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje é um dia de luta. Dia de uma luta muito importante para aproximadamente 14,5% da nossa população, mas que na verdade diz respeito a todos nós. Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência!

Nós estamos aqui comemorando mais um "21 de setembro" e trazendo novamente a acessibilidade à pauta.

O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a primavera e o Dia da Árvore, numa alusão ao nascimento de reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições.

Especialistas e autoridades no campo das deficiências sempre se mostraram preocupados em saber qual é o número total de pessoas com deficiência.

Conforme notícia veiculada, a maioria das alusões ao número de pessoas com deficiência existentes em uma determinada cidade ou região, cita a já conhecida estimativa de "10% (dez por cento) da população geral" ou então "uma em cada dez pessoas".

Essa alusão é ratificada pelo boletim *One in Ten* (Uma em dez), que é publicado pelo Programa de Apoio Técnico da parceria Unicef/Reabilitação Internacional, programa cujo objetivo é prevenir deficiências da infância e ajudar crianças com deficiência.

Dentro desses 10%, o maior índice está nas deficiências mentais, seguido das físicas, auditivas, múltiplas e visuais.

Um estudo indica que 14,5% da população do Brasil tem alguma forma de necessidade especial.

Registra-se também que em termos de taxa de incidência, o número de negros que apresentam alguma deficiência é maior que o número de brancos, o que pode ser reflexo de menor acesso e consumo de serviços de saúde.

Dados veiculados demonstram que existem pelo menos 50 milhões de deficientes na América Latina e no Caribe – aproximadamente 10% da população regional.

Cerca de 82% das pessoas incapacitadas na América Latina e no Caribe vivem na pobreza, o que na maioria dos casos também afeta os membros da família.

A deficiência é uma importante causa e conseqüência da pobreza. As pessoas com deficiência tendem a ser excluídas da vida social, econômica e política da comunidade.

Essa exclusão leva à pobreza, que por sua vez acarreta ainda mais deficiência, pois as pessoas ficam mais vulneráveis à má nutrição, às doenças e à insegurança na vida e nas condições de trabalho.

As pessoas que apresentam limitações físicas, sensoriais ou mentais são freqüentemente consideradas incapacitadas não devido a uma doença diagnosticada, mas porque não têm acesso à educação, aos mercados de trabalho e a serviços públicos.

É de extrema relevância o conhecimento das necessidades dos deficientes quando do planejamento das políticas, programas e instalações físicas.

Dentro deste contexto, tomo a liberdade de contar um pouco da história de uma pessoa com deficiência que integra minha equipe no Senado. Ele diz assim:

"Nasci com retinose apigmentar, doença que interfere na função celular que transmite a luz ao cérebro.

Minha infância e adolescência foram praticamente normais, sem perda de visão significativa. A perda era lenta e gradual, algo que permitiu a minha adaptação da mesma forma gradual, sem nenhum choque.

Por volta dos 23 anos de idade, o meu resíduo visual já era bem reduzido e as minhas dificuldades se tornavam cada vez maiores.

Aos 33 anos me mudei para Brasília a fim de melhor me preparar para o enfrentamento de minha deficiência.

Embora nunca tenha deixado me abater pelas dificuldades, foi a partir daí que minha capacidade de adaptação e superação foi realmente posta à prova, e graças a Deus, me considero um vencedor.

As pequenas atividades diárias, as coisas que para a grande maioria das pessoas passam despercebidas, para mim são conquistas. Na essência, estou fazendo igual aos outros: estudando, trabalhando, tomando um ônibus, almoçando em restaurante *self-service.*

Meu maior progresso pode ser notado em meu trabalho. A oportunidade me foi dada por um senador de profunda sensibilidade e senso de justiça. Foi a chance de demonstrar minhas habilidades e meu potencial.

Desde que entrei no gabinete onde trabalho, não apenas eu, mas todos os meus colegas testemunham a minha evolução. Sei que avancei bastante e ainda posso fazer muito mais.

Inúmeras pessoas que encontro mostram-se curiosas de como eu consigo desempenhar minhas atividades diárias, desde o mais elementar, como tomar o ônibus para o trabalho, até assessorar um senador da República."

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje é um dia de luta! Todos nós estamos sendo chamados a participar deste bom combate. A pessoa portadora de deficiência não é assunto apenas de alguns, é assunto de todos nós.

Estamos ou não tentando construir uma sociedade inclusiva? Se estamos, então todos nós somos responsáveis pela garantia dos direitos dessa parcela da população.

O Poder Público, as organizações sociais, os profissionais da área, as famílias, as escolas e os portadores de deficiência são responsáveis pelo esforço conjugado na construção dessa sociedade que queremos.

Incluir é remover as barreiras orgânicas e sociais, criando condições arquitetônicas, de transporte, com solidariedade ou apoio familiar, com a eliminação do preconceito, da discriminação e do mito da

ineficiência, para que essas pessoas possam sair da categoria de desvantagem em relação às demais.

Inclusão são as ações promovidas no campo da saúde (mediante maior assistência às mulheres na gravidez, ou na luta contra o alcoolismo e o uso das drogas, ou ainda eliminando causas externas como a violência ou acidentes de trânsito).

• no campo da ciência e tecnologia (investimentos que reduzam as exigências motoras individuais);

• no campo empresarial (mediante a prevenção das causas de acidentes de trabalho e no trato das pessoas com deficiência);

• no Legislativo (mediante a criação de leis que se constituam em instrumento claro e eficaz no esforço de transformar direitos em realidade);

• no campo da educação (mediante a criação de escolas inclusivas por exemplo);

• as campanhas publicitárias também são fundamentais para mudar a imagem da pessoa com deficiência na sociedade, pois disseminam informações do potencial destas pessoas, como bem tem demonstrado a novela da Rede Globo.

Nesta semana que passou, o ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) promoveu um curso de atendimento ao público. A pedido da Comissão de Acessibilidade foi introduzido junto ao eixo principal o atendimento à pessoa com deficiência, o que, na linguagem pedagógica chama-se tema transversal.

Meu assessor, cuja história relatei, participou do evento e registrou que o tema foi muito bem explorado pelo Professor James Raymundo Carvalho. O professor deixou bem clara a existência do preconceito no tratamento àqueles que têm deficiência, mas durante todo o curso conseguiu demonstrar, também, a possibilidade de um atendimento natural a todos.

É claro que a pessoa com deficiência necessita de um atendimento apropriado no que diz respeito à adequação de aparelhagens e atitudes, o que não significa serem tratados como incapazes.

Trata-se de fornecer à pessoa que possua deficiência, mediante abordagem adequada, a oportunidade para que demonstre sua aptidão para as mais variadas tarefas.

Precisamos aprender a enxergar para além da deficiência de uma pessoa, ou seja, para a eficiência que ela guarda dentro de si mesma. Desta forma, todos os que foram um dia considerados "incapacitados" ou "inválidos" passarão a ser respeitados e tratados como qualquer outro cidadão de nossa sociedade.

Tenho certeza que vivemos um momento especial em nosso País, principalmente na política.

Estamos, a meu ver, experimentando um momento de tomada de consciência e, neste processo, a inclusão é algo perceptível.

Já é possível notar nas iniciativas de governo e na visão das pessoas em geral, que elas começam a perceber que aqueles que possuem deficiência estão nas ruas, escolas, *shoppings*, enfim, por toda parte, levando suas vidas, trabalhando, buscando a garantia de seus direitos, desempenhado seus papéis.

Creio que o que falta para uma inclusão mais ampla é a naturalidade do convívio, ou seja, é necessário que a pessoa com deficiência tenha a oportunidade de trabalho, de estudo, de lazer, que, em última análise, ela possa ser vista por todos nas situações mais naturais possíveis.

É nesse sentido que estamos construindo com a ajuda de toda a sociedade o Estatuto da Pessoa com Deficiência para que, por meio de leis adequadas, possamos dar a esses cidadãos a dignidade e o respeito a que têm direito.

Em seus princípios consta por exemplo que serão desenvolvidas ações conjuntas do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração das pessoas portadoras de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

Um de seus objetivos é a garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

As diretrizes incluem a ampliação de alternativas de inserção econômica dessas pessoas.

No capítulo sobre os direitos das pessoas com deficiência, estão inclusos o direito à vida e à saúde, o acesso à educação, o direito à

habilitação e reabilitação profissional, o acesso ao trabalho, o direito à cultura, desporto, turismo e lazer.

Enfim, o Estatuto quer ser um instrumento valioso na defesa da cidadania, da integração social e do pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por alguma deficiência.

E para finalizar, vamos nos encher dos bons ares da primavera e que eles nos tragam a promessa de novos dias, como bem fala a poesia do meu assessor Luciano Ambrósio.

PRIMAVERA DOS HOMENS

É primavera
E se avizinha dos corações humanos
A promessa de novos dias
De melhores dias
Tempos de brotar, de renascer, reviver
Tempos de natureza verdejante, exuberante
Tempos de alma aberta, de olhos abertos
E olhares naturais
Tempos de olhar um irmão
Seu irmão
Dar a mão.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

Homenagem ao Dia Internacional do Idoso

30-9-2005

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tanto já foi dito sobre envelhecer que acabamos por certo nos tornando repetitivos. Mas a repetição não deixa de ser uma forma eficiente de transformar.

Transformar conceitos, atitudes, sentimentos. Criar novas possibilidades. É disto que quero falar hoje, mesmo que o discurso talvez se repita, mas se ele puder acender novas chamas, então terá valido a pena! Os idosos do Brasil fizeram a festa dia 27 de setembro, em comemoração ao Dia Nacional do Idoso. Eles estão repetindo a festa hoje, junto com os idosos do mundo inteiro. E se não estão, deveriam estar, pois hoje é o seu dia. É 1° de outubro, Dia Internacional do Idoso!

Envelhecer é um privilégio e o medo de envelhecer que invade os mais jovens, apesar de ser compreensível pois implica na finitude, precisa ser desmistificado a fim de que a terceira idade possa ser vista com um olhar mais positivo.

Para envelhecer bem, devemos respeitar cada um dos nossos dias, cada uma das nossas experiências, pois somente assim vamos saber dar valor à vida que nos cabe a cada momento. Viver não é um verbo restrito a quem tem 10, 20, 30 ou 40 anos. Viver é dedicar-se a cada dia, até a finitude.

Para os mais jovens eu sempre digo: se você nega vida e direitos aos mais velhos, você está negando a si mesmo o direito de ter mais vida. O tratamento que você concede hoje ao idoso pode ser o tratamento concedido a você amanhã.

Senhor Presidente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicou uma atualização do perfil demográfico do País.

Já somos 182 milhões de indivíduos, quase o dobro da população existente em 1970, que era de 93 milhões de pessoas. Sem dúvida, um crescimento notável. Mas, o que realmente chama a atenção é o envelhecimento da população brasileira, reflexo de um fenômeno mundial.

Conforme as estatísticas, em nosso País os maiores de 60 anos totalizam hoje cerca de 20 milhões de indivíduos, representando quase 11% da população. No Brasil e em praticamente todos os países do mundo, assiste-se a um acontecimento inédito em toda a história da humanidade: a explosão numérica dos idosos.

As projeções mostram que a população de idosos, que em 2000 era de 4,8, será de 14,3 em 2050. A população menor de 15 anos em 2000 era de 46.180,07 e em 2050 será de 35.057,3. O Brasil será o 5º maior país em população idosa no mundo.

O declínio da fecundidade no Brasil em 30 anos é maior do que na Inglaterra em 120 anos.

O recorte demográfico mostra que a taxa de fecundidade caiu de 6,3 em 1960 para 2,3 em 2000.

Mesmo que eu não possa estar dizendo aos mais velhos que uma revolução de pensamento aconteceu no mundo inteiro e todas as pessoas resolveram respeitar a história, o conhecimento de vida, as limitações, os direitos dos idosos, eu quero dizer a eles que a construção desse sonho deve continuar a ser perseguida.

Ora essa, nós sonhamos e conquistamos o Estatuto do Idoso.

Por exemplo, preparar os jovens para o processo de envelhecimento é uma das formas de praticar mudanças. O artigo 22 do Estatuto do Idoso propõe que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

O Estatuto prevê ainda, o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e a profissionalização, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, pois eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento do País.

O Estatuto do Idoso faz constar em seu bojo o direito à educação formal e profissional.

Dados do INEP registram que:

No ano de 2000 foram 1.637 ingressantes com mais de 60 anos nas universidades. No ano de 2001 foram 1.661. No ano de 2002 foram 2.292. No ano de 2003 foram 2.886. De 2000 para 2003 o aumento foi de 60%.

Mas infelizmente os idosos ainda têm um grau de escolaridade muito baixo e as oportunidades de ensino são escassas.

O Estatuto do Idoso é lei e ainda que a aplicação de alguns de seus artigos esteja sofrendo resistência por parte de certos setores da sociedade, é só uma questão de tempo, porque perseverança nós temos de sobra!

No artigo 40 do Estatuto do Idoso está prevista a gratuidade de duas vagas no transporte interestadual para os maiores de 60 anos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Lamentavelmente este direito ainda não está sendo concedido, mas apesar das dificuldades, não desisti da batalha e irei apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição que abranja transportes intermunicipais e interestaduais, além do urbano que já existe.

Mas, cabe também à sociedade, às associações, federações, enfim, a cada cidadão e cidadã, mediante lei, exigir o cumprimento de seus direitos. A participação de cada um é muito importante para que o Estatuto do Idoso, que, juntamente com vocês meus amigos da terceira idade, é o grande aniversariante que hoje está completando dois anos, seja respeitado e cumprido.

Foi uma luta transformá-lo em lei, mas nós conseguimos, nossa força, nossa união e determinação fizeram por onde.

E lei é para ser cumprida!

A Anvisa publicou, no dia 27 de setembro, em comemoração ao Dia Nacional do Idoso, a Resolução nº 283, que regulamenta o funcionamento de instituições que cuidam de idosos.

O objetivo dessa resolução é garantir à população idosa moradia com qualidade, serviços e direitos assegurados na Lei nº 8.842/94, e também previstos no Estatuto do Idoso.

Essa nova legislação garante a prevenção e a redução de riscos sanitários à saúde, aos quais ficam expostos os idosos que se utilizam dessas instituições.

Quero dizer aos nossos idosos, também, que eu sei que a medida que a idade avança, ela exige maiores cuidados físicos em relação ao organismo. Tais cuidados incluem coisas simples, como por exemplo uma caminhada diária, que traz inúmeros benefícios, possibilitando desfrutar da natureza, ou então coisas um pouco mais complexas, como a mudança de hábito alimentar objetivando alcançar melhor qualidade de vida, ou ainda, o uso regular de certos medicamentos, a fim de garantir a integridade física.

O dinheiro certamente não tem relação direta com todos os cuidados que poderíamos aqui transcrever, mas é fato que a viabilização de alguns deles está diretamente ligada ao fator econômico.

Neste sentido, a luta pela recuperação do salário mínimo é absolutamente imprescindível.

E eu continuo na luta, tentando avançar ano a ano até que consigamos alcançar o salário mínimo que nossa gente merece e até que o mesmo percentual seja estendido a todos os aposentados.

Continuo me empenhando na recuperação da defasagem salarial que atinge os proventos dos aposentados.

Eu sei que vocês seguem nesta luta comigo. Eu vi o orgulho nos olhos dos aposentados que vieram dos mais diversos lugares do País, marchando rumo a Brasília no dia 14 de abril, pedindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58/2003, que apresentei e que busca recompor as aposentadorias pelo mesmo número de salários mínimos recebidos à época de sua aposentadoria.

Eu digo para todos quando a sociedade como um todo encara de frente a realidade do envelhecimento, ela parte para um novo comportamento, ela inclui os excluídos, ela cria uma nova sociedade disposta a formar um grande elo entre as gerações, ciente dos frutos maravilhosos que serão colhidos com esta atitude.

Eu digo para vocês, meus amigos da terceira idade: continuem exercitando sua cidadania, continuem se respeitando e exigindo respeito. Sigam a construção de sua história sem dar ouvidos àqueles que querem fazer crer que só se constrói história até uma certa idade.

Isso é bobagem e todo aquele que recebe a dádiva de envelhecer é testemunha disso.

Lutem pelos seus direitos, pelos seus sonhos. O tempo de cada um é o agora!

Meus sonhos eu escrevo no papel em forma de projetos, assim como foi com o Estatuto do Idoso. Com meus sonhos, com minhas mãos de trabalhador, com meu coração eu reafirmo minha união com vocês na empreitada pelos seus direitos e pela sua cidadania.

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

O Papa João Paulo II

25-10-2005

Eminentíssimo Arcebispo Lorenzo Bolsieri, representante do Papa no Brasil, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, meu coração se alegra em poder prestar homenagem a Karol Wojtyla, o nosso Papa João Paulo II, que foi um homem de muita fé, dedicado e perseverante na luta pela justiça social.

Quero primeiramente agradecer ao Sr. Flavio Nogueira, um colaborador sensível à obra do nosso querido Papa João Paulo II, que gentilmente enviou dados muito especiais, que me ajudaram a construir este pronunciamento.

É muito grande a satisfação que sinto em dizer para vocês que o nosso amado Papa amadureceu sua vocação enquanto trabalhava em uma fábrica de produtos químicos, durante os horrores da guerra e da ocupação nazista. Este foi um período que ele próprio definiu como uma fase importante da sua formação.

Esta fase em que foi operário teve um peso muito importante na vida e no pensamento do Papa, fase que contribuiu para que, em João Paulo II, a experiência de vida, o pensamento filosófico e a fé formassem um tripé que não se pode dissociar.

A presença do jovem Vojtyla na fábrica foi conseqüência do encarceramento de seus professores universitários pelos nazistas invasores do seu país. O momento histórico que a Polônia vivia fez com que temas como liberdade, dignidade, direitos do homem, e principalmente, da responsabilidade política da fé não penetrassem no pensamento desse jovem como um simples problema acadêmico, mas sobretudo por causa de necessidade vital, de uma necessidade de sobrevivência intelectual e espiritual.

Em uma das encíclicas que escreveu, o Papa João Paulo II estabeleceu as vigas mestras do Ensino Social da Igreja, como, por exemplo, a exigência de que fiéis católicos devem se empenhar sem descanso pela promoção da justiça social. Suas palavras foram de que todos, sem exceção, estavam chamados a lutar pela justiça social.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, onde reside a injustiça social?

Reside naquilo que Antonio Frederico Ozanam, um dos chamados "Santos Sociais" da Igreja disse: "Há exploração quando o patrão considera o operário não como um associado, um colaborador, mas como um instrumento do qual é preciso extrair o maior serviço possível pelo menor preço".

Reside, por exemplo, no predomínio do capital sobre o trabalho de homens, de mulheres e de crianças, como bem denuncia Chaplin em seu filme "Tempos Modernos".

Reside no fato de que a máquina não pode ser mais importante do que o homem.

Reside em um divisor de águas chamado concentração de renda, cerne da injustiça social. Concentração de renda que faz com que a riqueza de poucos dependa da miséria de muitos.

O Papa João Paulo II, em outra de suas encíclicas, dedicada especificamente ao trabalho humano, escreveu que "Os direitos dos trabalhadores, como todos os demais direitos, se baseiam na natureza da pessoa humana e na sua dignidade transcendente".

Nesse texto, o Papa enumerou alguns desses direitos, tais como:

- direito a uma justa remuneração;
- direito ao repouso;
- direito a dispor de ambientes de trabalho e de processos de laboração que não causem dano à saúde física dos trabalhadores, nem lesem a sua integridade moral;
- direito à pensão, bem como ao seguro para velhice, para a doença e para o caso de acidentes de trabalho;

• o Papa defendia que os sindicatos tinham obrigação de defender os desempregados e os idosos;

e assim por diante...

O Ensino Social da Igreja reconheceu a legitimidade da greve "quando se apresenta como recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado" depois de se terem revelado ineficazes todos os outros recursos de negociação.

Do mesmo modo, o magistério da Igreja reconhece o papel fundamental dos Sindicatos dos Trabalhadores, cuja razão de ser consiste no direito dos trabalhadores a formar associações ou uniões para defender os interesses vitais dos empregados nas várias profissões.

Foi nesta concepção que o Papa incentivou a Fundação do 1º Sindicato Livre do mundo comunista. O Sindicato Solidariedade, que neste ano completou 25 anos, e como todos nós sabemos, mudou a história do mundo.

Jamais esqueceremos a atitude patriótica do Papa polonês em defesa da liberdade do seu povo, quando manifestou a intenção de enfrentar os tanques soviéticos em holocausto da própria vida para manter viva a chama do Sindicato Solidariedade.

Evidentemente que, à luz do Ensino Social da Igreja, João Paulo II não encarava o Sindicato simplesmente como reflexo de uma estrutura de sociedade dividida em classes. O Santo Padre via os sindicatos no papel de legítimos promotores da luta coletiva pela justiça social e pelo sagrado direito do homem ao trabalho.

O Santo Padre também apontou aos sindicatos o caminho da renovação, pois devido ao processo de globalização econômico-financeira, os sindicatos estão sendo chamados a atuar de novas formas, ampliando seu raio de ação de solidariedade de modo a zelar, além das categorias de trabalho já sindicalizadas, alcançar também os trabalhadores com contratos de trabalho atípicos ou por tempo determinado; os trabalhadores cujo emprego é colocado em perigo pelas fusões de empresas; aqueles que não têm um emprego, e assim por diante.

Disse o Papa: "A solidariedade entre patrão e trabalhador é muito importante". Porém, na visão do Papa, é muito mais importante a solidariedade do trabalhador com o trabalhador.

Creio, Senhor Presidente, que o nosso Papa fez de tudo para ver respeitados os direitos dos trabalhadores, para ver a justiça social como prática diária em nossas vidas, em nosso meio social. Nesta mensagem ele deixou bem clara no seu próprio modo de conduzir o pontificado.

O Papa João Paulo II edificou sua história com base na fé, na verdade e na labuta pela superação da miséria humana, na labuta pela dignidade e pela justiça social.

Ergamos nossas vozes e façamos nossas homenagens aos homens de bem.

Façamos nossas justas homenagens a este ser humano de luz, a este homem de bem!

O Papa João Paulo II morreu, mas os seus ideais de paz e liberdade são eternos.

VIVA O PAPA!

Era o que tinha a dizer.

Senador ***Paulo Paim – PT/RS***

CONTATOS COM O GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Brasília
Endereço: Praça dos Três Poderes
Senado Federal
Anexo I – 22º andar – sala 2
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3311-5232
Fax: (61) 3311-5235
e-mail: paulopaim@senador.gov.br
Home page: www.senado.gov.br/paulopaim

Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Guilherme Schell, 6922
Centro
CEP 92310-001 – Canoas – RS
Telefone: (51) 472-5979